

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022

I – NOTA INTRODUTÓRIA

No cumprimento das competências previstas na alínea d) do artigo 37º dos estatutos da Câmara, a Direção apresenta à assembleia geral, para discussão e aprovação, o Relatório de Atividades e as Contas do exercício de 2022.

Estes documentos refletem as orientações, a estratégia e as atividades desenvolvidas ao longo do 1º ano de mandato dos órgãos sociais eleitos em 7 de abril e que tomaram posse a 18 do mesmo mês. Integram também este documento as ações concretizadas pela anterior direção, no período de janeiro até à referida tomada de posse.

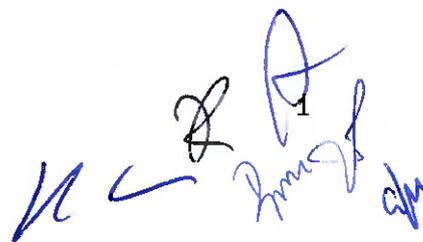
A atuação da Direção, em termos gerais, foi de continuidade, relativamente ao que têm sido o papel e a matriz da Câmara ao longo dos anos na defesa da economia privada e dos interesses empresariais, no desenvolvimento socioeconómico da Região, na representação e como porta-voz das empresas de S. Miguel e Santa Maria.

A conjuntura e as circunstâncias condicionam naturalmente os objetivos previamente definidos. A Direção procurou ter uma atitude proactiva, dinâmica e interventiva, relativamente aos assuntos que se foram colocando ao longo do ano, dando uma resposta adequada aos mesmos.

O Relatório reflete a evolução que diversos assuntos tiveram ao longo do ano, procurando-se, por isso, data-los, sempre que possível, para uma melhor compreensão das decisões que a Direção foi tomando.

O relatório contempla também diversos assuntos que foram conduzidos a nível da CCIA, ou seja os que eram de âmbito regional e que mereceram consenso entre as associadas. A sua inclusão neste documento tem como objetivo permitir um conhecimento mais amplo da atividade que a Direção efetivamente desenvolveu ao longo do ano, uma vez que participou ativamente na conceção, planeamento e organização das atividades desenvolvidas pela CCIA.

Este relatório encontra-se dividido, para além da nota introdutória, em 3 capítulos: um com uma breve caracterização e enquadramento socioeconómico (II); outro com a intervenção geral e estratégica da Direção (III) e um outro com ações e projetos, que refletem o trabalho das áreas funcionais (IV), naturalmente com a intervenção e supervisão contínua da Direção.



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

II – ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO

A economia mundial, segundo previsões de diversas entidades, deverá ter um crescimento global de cerca de 3%, com uma inflação à volta de 6,5%, tendo registado uma aceleração acentuada, principalmente no 2º semestre. Para esta situação contribuíram, segundo as Nações Unidas, os “choques graves e conjugados, que abalaram a economia mundial em 2022: pandemia, guerra na Ucrânia, crises alimentar e energética, alta inflação, altos gastos com a dívida e a emergência climática”.

Relativamente a Portugal, segundo o INE, o PIB registou um crescimento de 6,7% em volume, “o mais elevado desde 1987”, salientando-se o aumento de 5,5% em 2021, depois da queda significativa de 8,3% em 2020, devido ao impacto da pandemia na atividade económica. Refletindo a conjuntura internacional, o PIB veio apresentando ao longo de 2022 uma evolução decrescente, tendo apresentado um aumento de 12% no 1º trimestre, 7,4% no 2º trimestre, 4,9% no 3º e 3,1% no 4º.

Nos Açores, segundo o Indicador de Atividade Económica (IAE), o ano de 2022 apresentou uma variação positiva de dois dígitos no 1º semestre, cujo máximo se registou em abril (14,4%). No 2º semestre verificou-se uma continuada queda deste indicador, que se situou em 2,6%, em dezembro. O IAE é um indicador que pretende acompanhar a evolução da economia regional no curto prazo.

Em termos de desemprego, verificou-se uma redução, cuja taxa se situou em 6%, enquanto em 2021, aquela taxa tinha sido de 7,2%. A taxa de desemprego nos Açores foi idêntica à taxa média nacional.

Sendo os Açores muito dependente do transporte aéreo, quer nas deslocações para o exterior, quer nas interilhas, os transportes aéreos são um elemento fulcral em termos de mobilidade. Em 2022, o número de passageiros desembarcados apresentou um acréscimo de 55,9%, comparativamente com 2021 e de 8%, se comparado com 2019.

Santa Maria apresenta um crescimento de 36% no desembarque de passageiros, embora inferior à média regional, enquanto o aumento em S. Miguel foi de 64%, comparando 2022 com 2021. S. Miguel ultrapassou, pela 1ª vez, um milhão de passageiros desembarcados.

Muito interligado com os transportes aéreos, o setor do turismo registou um crescimento significativo face a 2021, tendo, em vários aspetos, ultrapassado os dados de 2019. Nos estabelecimentos hoteleiros, as dormidas cresceram 64,8% nos Açores, comparando com 2021, com Santa Maria a aumentar apenas 36,2% e S. Miguel 71,4%, enquanto no alojamento local, o acréscimo foi, respetivamente, de 9,6% e 84,6%. Ainda relativamente às dormidas, constata-se que Santa Maria e S. Miguel ainda não

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

atingiram o nível registado em 2019, respetivamente em -3% e -0,3%. Salienta-se que o município de Ponta Delgada foi o 10º do país em número de dormidas.

No que se refere à inflação, a taxa registada nos Açores foi de 5%, enquanto no todo nacional se situou a um nível superior, ou seja de 7,83%.

III – LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICAS

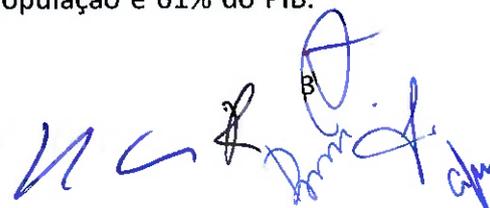
Neste 1º ano de mandato, a Direção desenvolveu a sua atuação dentro do definido nos estatutos da Câmara, no plano de atividades e nas seguintes linhas orientadoras definidas para o mandato:

- a) Apoio e defesa das empresas num contexto muito difícil;
- b) Necessidade de reformatação do movimento associativo empresarial regional;
- c) Reforço da importância do espaço geográfico que a Câmara representa (S. Miguel e Santa Maria);
- d) Resposta à dupla agenda europeia da transição digital e da descarbonização;
- e) Definição de agenda para o desenvolvimento regional assente nos seguintes eixos: transportes eficientes; turismo com futuro; indústria 5.0 e verde; recursos humanos de futuro; comércio e sociedade digital e instrumentos transversais eficazes.

Foi mantida a estratégia que vinha sendo seguida, no que se refere a privilegiar o diálogo e a concertação com as entidades públicas e parceiros sociais, na procura das melhores soluções para os assuntos relacionados com a atividade empresarial. Nesta área destacou-se a participação, empenho e contributo para a atividade do CESA, que veio a adotar várias posições defendidas pela Câmara.

O ano de 2022 iniciou-se ainda com condicionalismos advenientes da pandemia e quando se sentia que havia um regresso à normalidade, com a economia a dar sinais positivos de um crescimento global, surgiu a Guerra na Ucrânia. Tendo em consideração os impactos desta realidade no funcionamento das empresas, a principal preocupação da Câmara centrou-se na defesa da adoção de medidas mitigadoras dos impactos, designadamente no que se refere ao aumento brutal dos custos com a energia anunciado no final do ano.

A Direção deu especial ênfase à defesa da situação específica das ilhas representadas pela Câmara – S. Miguel e Santa Maria – às suas potencialidades, aos seus problemas e ao peso que representam no todo regional, ou seja 59% da população e 61% do PIB.



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Foram defendidas e desenvolvidas iniciativas, tendo em vista a resolução dos problemas económicos, sociais e demográficos destas ilhas, destacando-se o facto de ser o único grupo, que não dispõe de um serviço regular de ligações marítimas de passageiros, para além de ter uma inadequada oferta de ligações aéreas entre si.

Na área do associativismo empresarial, a Direção privilegiou e reforçou o relacionamento com outras associações regionais e com representações de delegações de associações nacionais, com quem foram debatidos e refletidos diversos assuntos e tomadas posições conjuntas.

A resposta aos desafios que a agenda europeia, no que se refere à transição digital e à transição climática, em especial a descarbonização, mereceram especial atenção e intervenção da Câmara, nomeadamente ao nível da preparação de candidaturas a apoios, para que as empresas pudessem estar capacitadas para os novos desafios que colocam e que implicam, muitas vezes, a realização de significativos investimentos.

Foram iniciadas ações no âmbito de uma agenda para o desenvolvimento regional, enquanto linha de orientação definida pela Direção para o mandato, que contempla ações e intervenções nas seguintes áreas: transportes eficientes; turismo com futuro; indústria 5.0 e verde; recursos humanos de futuro; comércio e sociedade digital e instrumentos transversais eficazes.

No plano interno, procedeu-se ao reforço da ligação com os associados, procurando-se torná-la mais próxima, mais atuante e mais atenta aos seus problemas, para além do estímulo à sua participação na vida associativa. Salienta-se que muitas das decisões e intervenções foram suportadas em trabalho e propostas da Delegação de Santa Maria e das Comissões Especializadas e também de associados individualmente.

IV – ATIVIDADES, AÇÕES, INTERVENÇÕES, SERVIÇOS E PROJETOS

Neste capítulo são apresentados, por temas, a materialização das linhas orientadoras, para se tornar mais fácil a perceção do trabalho desenvolvido.

Relacionamento institucional

No início do mandato, a Direção reuniu com um conjunto de entidades para apresentação de cumprimentos e também para dar a conhecer os objetivos e iniciativas que se propõe desenvolver ao longo do triénio. Neste âmbito destacam-se as reuniões com o Presidente do Governo e com diversos membros do executivo, com autarcas e com entidades, que têm atuação relevante no funcionamento das empresas, como são os casos da SATA, TAP, ANA, Portos dos Açores.



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Ao longo do ano foram diversas as reuniões com entidades governamentais para análise e discussão sobre assuntos de interesse geral e específicos.

Relacionamento interassociativo

Foi possível manter o funcionamento da CCIA, embora com alguns problemas, face às públicas divergências entre as associadas sobre assuntos relevantes.

Numa atitude agregadora e construtiva, a Direção manteve um estreito relacionamento com diversas associações locais e com representações de associações nacionais, nomeadamente a ALA, AREAT, Casas Açorianas, APAVT, AHP, AHRESP e ARAC, com quem foi possível a tomada de posições conjuntas, com todas ou com algumas, sobre diversos assuntos de que se salientam:

- Manifestada oposição à criação da taxa turística e promovido um abaixo-assinado, que foi entregue na Assembleia Legislativa Regional. A referida taxa veio a ser revogada;
- Solicitada intervenção do Presidente do Governo, Presidente da autarquia de Ponta Delgada e Comandante da PSP, no sentido de serem encontradas medidas concertadas para fazer face à situação grave de mendicidade, dependências e de insegurança vivida em S. Miguel e, em especial, no centro de Ponta Delgada;
- Apresentação de candidaturas a projetos financiados, quer no âmbito do PRR, quer do PO Açores 2020;
- Solicitada a alteração da decisão das entidades governamentais ligadas ao ambiente de reduzirem o período de funcionamento da generalidade dos Centros Ambientais dos Açores, especialmente durante a época baixa do turismo. A referida decisão veio a ser revertida.

Destaca-se também neste âmbito, o relacionamento com a Associação Agrícola de S. Miguel que, para além de contatos frequentes, se materializou na realização de um Encontro entre as 2 associações, de que resultou um memorando contemplando um conjunto de assuntos de interesse comum para o setor agroalimentar. Este memorando foi apresentado ao Presidente do Governo.

Foi celebrado um protocolo de cooperação com a Associação Portuguesa da Qualidade (APQ), tendo em vista a colaboração mútua no desenvolvimento de ações de formação na área da Gestão da Qualidade e Excelência Organizacional.



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Foram mantidas reuniões com as Câmaras do Comércio e Indústria da Madeira e de Cabo Verde, bem como com a Associação dos Hotéis de Portugal e com o núcleo instalador do GRACE – Empresas Responsáveis (Cluster Açores).

Associativismo e Assuntos Setoriais

A defesa dos interesses das empresas, o reforço da ligação direta e próxima com os associados, o estímulo à sua participação na vida da Câmara e a prestação de serviços foram objetivos prosseguidos ao longo de 2022.

A Direção procedeu à alteração do regulamento das comissões especializadas, visando a sua simplificação em termos de funcionamento e dando a possibilidade de alargamento do respetivo número de membros, de forma a ter-se um leque maior e mais diversificado de participantes. Foram constituídas diversas comissões.

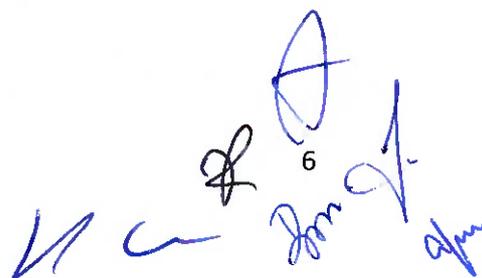
Foi constituído o Conselho Consultivo, que reuniu no início de junho, tendo analisado a situação económica e associativa atual. Este órgão integra os presidentes da Mesa da AG e Conselho Fiscal, antigos presidentes da Direção, coordenadores das comissões especializadas e 7 vogais escolhidos pela Direção.

Foi também constituída a nova representação da Delegação em Santa Maria, que desenvolveu ao longo do ano um conjunto de iniciativas em defesa dos interesses marienses.

Muitas das ações e posições tomadas pela Câmara contaram com o apoio e fundamentação da Delegação e das comissões especializadas, de que se destacam:

Santa Maria

- Reunião em janeiro, em Vila do Porto, com os associados, em que foram debatidos um conjunto de assuntos de interesse para a ilha;
- Tomadas de posição por diversas vezes, sobre designadamente: horários inadequados e fraca oferta de transporte aéreo, não cumprimento das escalas programadas no transporte marítimo de mercadorias, a falta de racionalização das escalas interilhas, a não informação atempada sobre alterações de escalas;
- Acompanhamento do processo de criação de um porto espacial na ilha;
- Realização de ações de formação, seminários e organização do concurso de montras;



Handwritten signatures and a stamp in blue ink at the bottom right of the page. The stamp is circular and contains the number 6.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

- Representação no Conselho de ilha, no grupo de acompanhamento da sustentabilidade do destino turístico, comissão de revisão do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto;
- Reuniões com dirigentes partidários, a solicitação destes;
- Tomada de posição sobre o traçado da variante logística a Vila do Porto;
- Participação em reunião com a titular governamental da área do turismo e transportes, em conjunto com a Direção, para análise e discussão de assuntos relevantes para a ilha (transportes, turismo, operacionalidade do porto, centro de inspeção de viaturas, transporte rodoviário de mercadorias);

Turismo e Restauração

A este nível destaca-se o trabalho conjunto com outras associações do setor (ALA, AHRESP, APAVT, AHP, ARAC, Casas Açorianas e AREAT), de que resultaram documentos e tomadas posições conjuntas sobre assuntos relevantes.

Do trabalho das comissões do turismo e restauração destacam-se:

- Acompanhamento regular da evolução do setor, designadamente através das estatísticas mensais publicadas;
- Defendida a criação e divulgação de planos anuais de animação por parte dos municípios, principalmente de ações na época baixa;
- Considerada positiva a intenção que presidiu à criação da medida de apoio à contratação denominada TURIS.ESTAVEL, mas defendido que as restrições impostas, limitavam significativamente a sua eficácia;
- Manifestada surpresa face ao convite a uma entidade, que não a ATA, para proceder a campanhas de promoção e marketing dirigidas ao mercado norte-americano. Solicitado esclarecimento ao Governo sobre a estratégia da promoção;
- Considerada a promoção como área prioritária para 2023, defendendo-se que cabe ao governo regional definir a política e a estratégia para o setor, numa estratégia concertada entre operadores económicos e entidades públicas, e com acréscimo de investimento nesta área;

Comércio

- Preparação e desenvolvimento da campanha de Natal e do concurso de montras;



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

- Processo de encerramento/alteração de trânsito em ruas no centro de Ponta Delgada;
- Início da discussão do processo de cargas e descargas em Ponta Delgada;

Indústria

- Realçada a importância do setor nas suas valências de transformação e o seu papel charneira com o setor primário, comércio e turismo;
- Constatada a conjuntura desfavorável para o setor, uma vez que este ainda estava a sofrer as repercussões da pandemia e agora confrontava-se com os impactos da guerra na Ucrânia;
- Defendido que os apoios do PRR e do próximo PO 2030 devem ser mais efetivos para as empresas, para a sua modernização e competitividade;
- Necessidade de serem criados, com celeridade, os novos incentivos ao investimento;
- Necessidade de retoma da promoção dos produtos regionais e a participação em feiras no exterior;
- Defendida a reforma do ensino profissional, direcionando-o para as necessidades do setor industrial;

Transportes, acessibilidades, comunicações e infraestruturas

Esta área de importância vital para a vida das empresas e das populações, mereceu natural e muita empenhada intervenção da Direção, destacando-se as seguintes intervenções:

- Manifestada preocupação e insatisfação, por diversas vezes, com o funcionamento dos transportes marítimos e aéreos de e para Santa Maria;
- Defesa de transportes marítimos e aéreos de mercadorias mais económicos e mais eficientes sob pena de continuarem a degradar a nossa competitividade externa;
- Acompanhamento das obras de requalificação do porto de Ponta Delgada;
- Denunciadas dificuldades logísticas no porto de Ponta Delgada, devido à falta de equipamento e às operações em geral;



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

- Defendida a necessidade de investimentos no aeroporto de Ponta Delgada, para evitar constrangimentos em determinadas horas, no que se refere à sua operacionalidade para fazer face ao aumento de passageiros;
- Apresentados contributos para o Plano Estratégico 2023-2027 da ANA Vinci, relativamente aos aeroportos de Ponta Delgada e Santa Maria;
- Solicitada a reposição do itinerário das viagens diretas entre os portos de Leixões e Ponta Delgada, que passaram a escalar a Terceira em primeiro lugar;
- Manifestada oposição ao horário IATA inverno nas ligações da SATA entre S. Miguel e Santa Maria e apresentada proposta de aumento da capacidade oferecida e de frequência das ligações;
- Questionado o Governo Regional sobre a eventual alteração do modelo de ligação do cabo submarino, que passaria a ter a ligação direta do continente à Terceira e só então desta se faria a ligação a S. Miguel e se a decisão era técnica ou de carácter político. Este assunto tem continuado a merecer a intervenção da Câmara em 2023.

PRR e PO Açores 2030

Salientam-se as seguintes iniciativas neste âmbito:

- Manifestada insatisfação com a anteproposta de Plano Operacional Açores 2030, que esteve em consulta pública no início de 2022, por não corresponder às expectativas dos agentes económicos, uma vez que previa um modelo assente na componente pública, para além de reduzir os montantes direcionados para as empresas. Foram apresentadas propostas a nível dos princípios, do modelo de intervenção e das dotações para as diferentes áreas;
- Defesa da revisão do PRR para que as empresas regionais pudessem ter maior possibilidade de acederem aos projetos nacionais;
- Defendida a urgência na operacionalização dos instrumentos de recapitalização das empresas previsto no PRR, e também de que estes deviam ser adequados às necessidades e realidade do tecido empresarial regional;
- Considerado positivo o reforço do montante do PRR para os Açores em 80 milhões de euros, tendo sido proposto que a sua afetação fosse direcionada para: reforço da medida de recapitalização das empresas, criação de medida dirigida Empresa Digital e reforço de outras áreas, designadamente da transição energética;



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

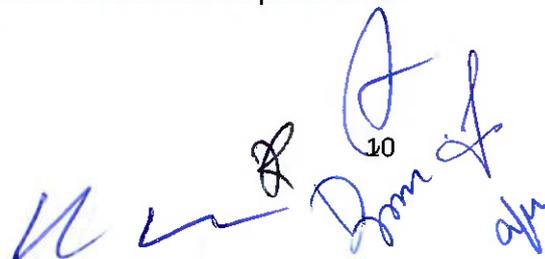
- Realização de webinários em parceria com o IAPMEI sobre os roteiros para a descarbonização e os bairros digitais, direcionados para associações empresariais. Realização também de webinário sobre a descarbonização da indústria, que contou com cerca de uma centena de participantes;
- Realização de webinar sobre as aceleradoras de comércio digital, no âmbito do PRR. A Câmara alargou esta iniciativa a associações empresariais de diversas ilhas e a elementos do governo Regional;
- Manifestada preocupação com o atraso e falta de informação sobre o PO Açores 2030;
- Considerada muito genérica a proposta legislativa apresentada no final do ano, relativa ao novo sistema de incentivos ao investimento denominado de “Construir 2030 - Dinamização do Investimento Sustentável e Integrado”, destacando-se o facto de não estarem contemplados apoios à internacionalização/exportação, nem a existência de um instrumento específico para investimentos na área da digitalização, como a Câmara vinha solicitando. Defendido que o novo sistema deve ser desburocratizado, ágil e célere na análise, aprovação e pagamento dos incentivos;

Investimento público

Em setembro, no processo de auscultação dos partidos políticos e parceiros sociais, prévio à apresentação da anteproposta de plano de investimentos públicos, a CCIA entregou ao Senhor Presidente do Governo Regional, um memorando contendo a posição da Câmara sobre os princípios, linhas orientadoras e propostas, quer gerais, quer setoriais, que deviam ser prosseguidas no Plano Regional e no Orçamento para 2023.

Relativamente à anteproposta de Plano para 2023, a CCIA emitiu um parecer, em que realçava o facto daquele documento contemplar, em princípio, as ideias fundamentais avançadas pela CCIA para a política de investimentos para o próximo ano. No entanto, os montantes previstos na referida anteproposta ficavam muito aquém das expetativas e do que era exigível, particularmente no setor do turismo.

A opção pelo endividamento zero mereceu reservas nos pareceres sobre as antepropostas de plano e de orçamento para 2023, por poder vir a penalizar algumas atividades económicas, face à situação difícil que se perspetivava para 2023. Foi defendida que a melhor solução seria uma redução gradual e sustentada da política de endividamento.


10

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

FÓRUNS CCIA – Encontros Empresariais dos Açores

Foram realizados 2 eventos: um a 18 de janeiro e o outro a 19 de dezembro, que decorreram por videoconferência, contando cada um com a participação de cerca de três dezenas de empresários de diversos setores e de várias ilhas.

O Encontro de janeiro, teve lugar num contexto em que a pandemia apresentava uma significativa disseminação, colocando uma forte incerteza sobre o futuro, com um número elevado de trabalhadores infetados, o que colocava dificuldades de gestão das empresas.

Este Encontro apresentou um conjunto de áreas prioritárias de intervenção, com medidas para cada uma delas, de que se destacam: a gestão do PRR e as orientações para o PO Açores 2030; a reedição de medidas de apoio às empresas devido à continuidade da pandemia; a aplicação à Região do mecanismo compensatório para fazer face ao aumento dos encargos com o salário mínimo; a adoção de um plano estratégico para o turismo e reforço da promoção e a alteração das políticas de emprego.

O Encontro de dezembro realizou-se num contexto de retoma económica, mas muito condicionado pela situação internacional, marcada pela guerra na Ucrânia, pela incerteza quanto ao futuro, com altas taxas de juros, aumento de preços das matérias-primas e da energia, alta inflação e escassez de mão-de-obra.

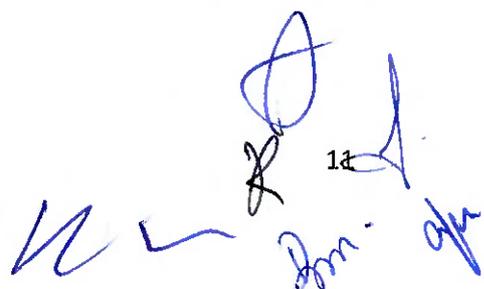
Para além de uma análise aos aspetos positivos e negativos da conjuntura socioeconómica, o Encontro definiu as seguintes áreas de intervenção prioritária, apresentando propostas para cada uma delas: PRR/PO 2030; Turismo; Transição digital; Custos de contexto e Transportes.

Pareceres

A Câmara foi auscultada, enquanto parceiro social, por entidades públicas regionais e locais, sobre assuntos de interesse para o tecido empresarial.

Alguns dos pedidos de parecer foram solicitados e emitidos pela CCIA, que pela sua relevância também se destacam a seguir:

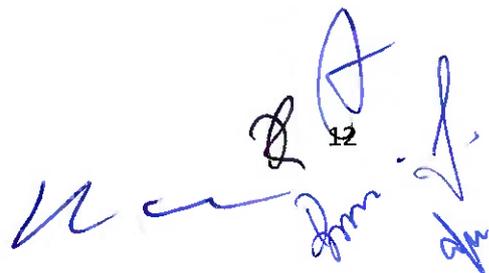
- Prorrogação APOIAR. PT (CCIPD);
- Regime jurídico da taxa turística regional (CCIPD);



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page, including a large signature, the number '11', and other initials.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

- Pela suspensão das alterações ao modelo de transporte marítimo de passageiros e dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes (CCIPD);
- Programa Operacional Açores 2030 (CCIA);
- POTRAA (CCIPD);
- Política Regional de Qualificação e Emprego (CCIA);
- Contratação Pública (CCIA);
- TURIS.ESTÁVEL - Apoios à contratação turismo (CCIPD);
- Criação de condições para implementação de tarifário tendencialmente único para transportes coletivos (CCIPD);
- Cria a AGRIAZORES – Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas – sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA (CCIPD);
- Rede de nómadas digitais dos Açores (CCIPD);
- Nómadas Digitais (CCIPD);
- Subsídio de mobilidade (CCIA);
- Implementação de um sistema de acesso ao miradouro e pontos de interesse da reserva natural da Lagoa do Fogo e áreas limites, por shuttle, preferencialmente elétrico, em sistema *hop on hop off* (CCIPD);
- Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo (CCIA)
- Plano e Orçamento para 2023 (CCIA);
- Criação do Centro de Qualificação dos Açores, IPRA, e definição do seu modelo de organização e funcionamento (CCIPD);
- Regimes de apoio à inovação de produtos e processos de produção e organização, à transição verde e à transição digital, destinados à reestruturação de empresas regionais do setor da transformação e comercialização de produtos agrícolas (CCIA);



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page. The signatures are stylized and appear to be in cursive. There is a small number '12' written near one of the signatures.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

- Identificação das áreas territoriais beneficiárias para efeitos de aplicação do estatuto dos benefícios fiscais nos Açores (CCIA);
- Primeira alteração ao DLR n.º 16/2022/A, de 21 de junho, que estabelece o regime jurídico da taxa turística regional (CCIPD);
- Revogação do DLR n.º 16/2022/A, de 21 de junho (taxa turística regional) (CCIPD);
- Criação do SIFROTA – Sistema de Incentivo à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores, (CCIA).

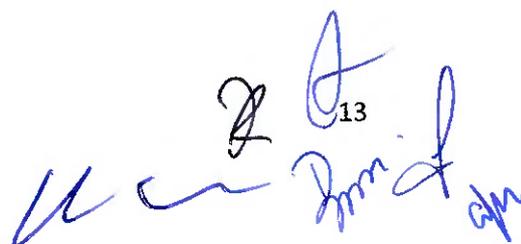
Custos de contexto

Sendo fatores condicionadores, penalizadores e limitativos do funcionamento da atividade empresarial, a Direção teve uma atuação muito interventiva nomeadamente sobre:

- O aumento brutal dos preços da energia para vigorar em 2023, em especial para os consumidores que utilizam maiores níveis de tensão. Nesse sentido, foi solicitada às entidades regionais a adoção urgente de medidas mitigadoras dos custos com a energia elétrica, à semelhança do que tem acontecido a nível nacional;
- A situação da revenda de combustíveis, tendo sido elaborado um memorando, na sequência de reunião com as empresas desta área, que foi entregue às entidades governamentais competentes. No referido documento alertou-se para os constrangimentos que condicionavam o funcionamento das empresas, bem como se apresentou medidas imediatas e urgentes para ajudar a inverter o ciclo de degradação económico-financeiro que tem vindo a conhecer ao longo dos anos;

No final de 2022, o Tribunal de Contas divulgou os resultados da auditoria realizada à receita regional do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP), de que sobressaiu que o Governo Regional cobrou ISP em excesso, em S. Miguel;

- Solicitada a revisão dos processos de licenciamento, no sentido de os desburocratizar e tornar mais racionais.



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page. The text '13' is visible between the signatures.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Dinamização económica local/Ações promocionais

Foi possível reatar algumas iniciativas presenciais a partir do 2º trimestre, que estiveram suspensas devido à pandemia, ligadas à dinamização económica local e à promoção do consumo, algumas em parceria com autarquias.

Ações desenvolvidas:

- Feira Lar Campo e Mar – que teve lugar de 20 a 23 de maio, por ocasião das Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres;

Esta iniciativa, que comemorou a sua 30ª edição, contou com a participação de 120 espaços expositivos de empresas de várias atividades;

- Realização da campanha "Venha jantar à Ribeira Grande – as crianças não pagam", que decorreu de 24 de fevereiro a 25 de abril, em parceria com a autarquia daquele concelho;

- "Neste Natal valorize o que é nosso – Compre no nosso comércio" – foi o slogan da campanha de dinamização do comércio, serviços e restauração, que abrangeu S. Miguel e Santa Maria de 24 de novembro a 24 de dezembro, com a participação de 89 estabelecimentos comerciais;

Esta campanha consistiu na atribuição de vouchers pelos estabelecimentos comerciais aos seus clientes, com compras de montante igual ou superior a 50€. Cada voucher de valor de 10€ era utilizado numa 2ª compra. Foram distribuídos 3 000 vouchers;

- Organização dos concursos de montras de Ponta Delgada (29 estabelecimentos) e Vila do Porto (12 estabelecimentos);
- Apoio financeiro e designação de um membro do júri do concurso de montras da Ribeira Grande, organizado pela autarquia local.

Promoção externa/Exportações/Internacionalização/Apoio às Empresas

Realizou-se apenas uma atividade promocional dos produtos açorianos em feiras no exterior – SIAL Montreal – que estava prevista para 2020 e adiada devido à pandemia. Participaram 5 empresas regionais.

À semelhança do que acontecera em 2021, continuou a não haver nova atividade promocional dos produtos regionais no exterior, uma vez que a habitual parceria Governo /CCIA não foi renovada, assistindo-se a um desinvestimento nesta área, que penalizou fortemente as empresas exportadoras.

14
D. M. J. Silva
Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

A Câmara também manifestou a sua preocupação com as perspetivas para 2023, aquando do parecer sobre a anteproposta de Plano para 2023, face à omissão sobre os apoios à divulgação e promoção dos produtos no mercado externo, bem como da redução da verba para a gestão e promoção da Marca Açores.

Destacam-se as ações desenvolvidas em termos de informação e consultoria em termos de internacionalização e apoios europeus, essencialmente promovidas no âmbito da rede EEN:

- Desenvolvidas iniciativas com vista à obtenção de informação sobre as regras e condições para exportação de alguns produtos para o Brasil;
- Apresentação da Rede Global da Diáspora, enquanto portal de negócios, que permite a realização de encontros, contatos, negócios, contatos com investidores e soluções de financiamento;
- Divulgação de oportunidades de negócios, de informação sobre mercados e apoios à internacionalização regionais, nacionais e comunitários;
- Emissão de 140 certificados de origem (227, em 2021). A maioria destes certificados foi relativa a exportações para países europeus, seguida pelo mercado norte-americano (34), do africano (19) e do asiático (12).

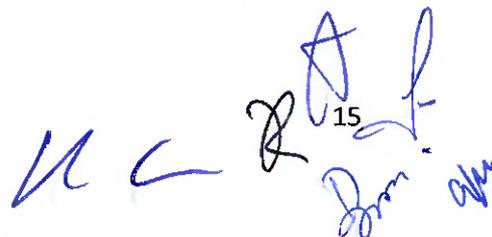
Outras atividades:

- Participação em workshop internacional sobre turismo e negócios promovido pela Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, que serviu também reforçar os laços de cooperação entre as duas entidades, com vista a potenciar negócios entre empresas associadas;
- Participação em diversos encontros empresariais, em cooperação com outras entidades europeias.

Emprego e Formação Profissional

O emprego e a formação profissional foram áreas, que se colocaram de forma transversal aos diversos setores, destacando-se os seguintes aspetos:

- Reiteradas tomadas de posição e pedidas medidas para minimizar as dificuldades muito significativas de recrutamento e retenção de recursos humanos, na generalidade das atividades e funções, levando a que muitas empresas não tenham podido utilizar em plenitude a sua capacidade operacional;



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page, including a large signature, the number 15, and several smaller initials.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

- Reiteradas tomadas de posição e pedidas medidas para minimizar as dificuldades muito significativas de recrutamento e retenção de recursos humanos, na generalidade das atividades e funções, levando a que muitas empresas não tenham podido utilizar em plenitude a sua capacidade operacional;
- Solicitada reiteradamente a aceleração dos pagamentos dos Programas de Medidas de Emprego PME I e II, bem como defendida a manutenção dos valores que foram aprovados pelo governo regional, e que este alterou posteriormente, defraudando as expetativas dos promotores;
- Solicitada uma estratégia concertada de melhoria da formação e da educação, para se conseguir uma alteração significativa em diversos indicadores;
- Manifestada a necessidade de reforma do ensino profissional para que este fosse melhor financiado e mais direcionado para as efetivas necessidades das empresas;
- Alertada para a falta de instrumentos adequados para a formação de trabalhadores.

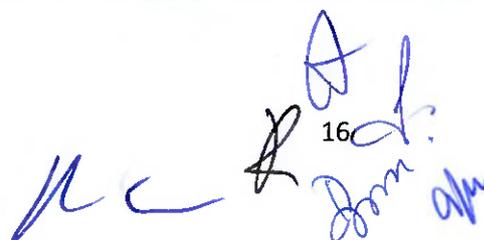
Em termos operacionais, a Câmara, manteve as suas duas áreas de intervenção a nível da formação profissional: formação para ativos e quadros e formação de jovens. Destacam-se as seguintes ações:

a) Formação de ativos

O quadro seguinte sintetiza a atividade desenvolvida ao longo do ano, quer para a requalificação de ativos, quer para quadros e gestores:

Quadro Comparativo 2020-2022

Nº	Inter N/financiado			Inter Financiado			Intraempresa			Total Anual		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Cursos	26	8	31	21	25	13	7	25	22	54	58	66
Horas	266	96	354	867	950	525	71	258	346	1204	1304	1225
Formandos	305	101	441	249	150	157	75	294	815	629	545	1413


16

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Entende-se destacar os seguintes aspetos:

- Aumento do número de cursos e de formandos (muito significativo) e ligeira redução no número de horas realizadas entre 2022 e 2021;
- Em 2022 não ainda foram atingidos os valores em termos de cursos e de horas de formação, comparando com 2019, ao contrário do que aconteceu com o número de formandos;
- Realizados 14 cursos online. Realizado 1 curso em Santa Maria e 3 em outras ilhas (intraempresa);
- Atingido o valor de 5,4 no índice de satisfação dos formandos (de 1 a 6).

b) Escola Profissional

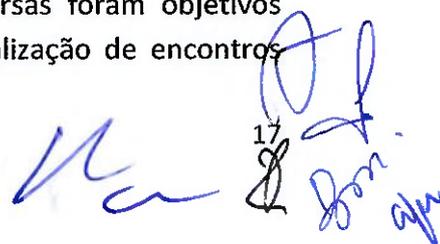
Foi mantida a atividade da escola profissional exclusivamente direcionada para a formação de jovens, nos seguintes cursos de nível IV, que dão equivalência ao 12º ano:

Os cursos ministrados nos anos letivos que abrangeram 2022 foram os seguintes:

Ano letivo 2021/2022	Ano letivo 2022/2023
1º Téc. Marketing	1º Téc. Comercial
2º Téc. Contabilidade	2º Téc. Marketing
3º Rececionista de hotel	2º Téc. Organização de Eventos (início 1/1/23)
	2º Téc. Eletrónica, Automação e Computadores (início 1/1/23)
	3º Téc. Contabilidade

A escola profissional iniciou a comemoração do seu 30º aniversário, uma vez que iniciou a sua atividade a 23 de novembro de 1992, com um programa comemorativo diversificado, que se prolonga por 2023.

A interligação da escola com o meio empresarial, com a sociedade em geral, bem como fomentar a participação dos jovens em atividades diversas foram objetivos prosseguidos ao longo do ano. Neste âmbito destacam-se: realização de encontros



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

denominados “Empresários vão à escola”; sessão sobre a Europa e a transição digital, com a participação do Subsecretário Regional da Presidência; presença nos eventos promocionais “Emprego.Azores” e “Feira Lar Campo e Mar”; edição do jornal (IN) Formação; atividades comemorativas de datas relevantes e participação em projetos diversificados.

Tendo em consideração os problemas com que as escolas profissionais se vinham confrontando, designadamente a nível financeiro, e também pela necessidade de haver uma entidade representativa destas entidades, a Câmara foi uma das entidades promotoras da criação da denominada Associação de Escolas Profissionais dos Açores (AEPA). A CCIPD detém a presidência daquela associação, que funciona nas instalações da Câmara.

Em dezembro de 2022, devido a problemas financeiros da APRODAZ, foram transferidos para a escola da Câmara os cursos de Organização de Eventos e de Eletrónica, Automação e Computadores, que vinham sendo ministrados naquela escola. Os restantes cursos da escola da APRODAZ foram transferidos para a escola profissional da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

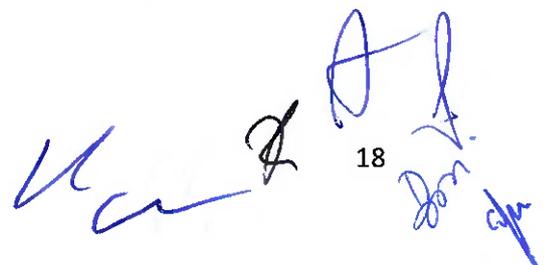
Serviços e apoio aos associados

A informação, a consultoria e o apoio genérico e especializado ao associado continuou a ser uma área de grande intervenção da Câmara, funcionando também como forma de reforço na desejada proximidade com os associados e também da sua participação na vida associativa.

Esta área continuou a integrar os serviços jurídicos, económicos e de assuntos europeus, que para além do apoio aos associados, manteve também a função de apoio técnico à Direção, à Delegação de Santa Maria e às Comissões Especializadas, bem como a outras áreas funcionais da Câmara.

Destacam-se os seguintes aspetos relacionados com o apoio e consultoria:

- A área que registou maior procura dos associados continuou a ser, de forma muito destacada, a ligada a assuntos jurídicos, seguida da económica e de assuntos europeus;
- Das solicitações registadas cerca de 69% foram de empresas do concelho de Ponta Delgada, seguidas das dos concelhos da Ribeira Grande e Vila Franca do Campo;


18

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

- As maiorias das solicitações foram feitas por via telefónica (61% %), seguidas de pedidos por *mail* (34%), que têm vindo a registar um aumento significativo. As presenciais foram residuais, situação que se acentuou com a pandemia;
- Dada resposta, no imediato ou num prazo de 24 horas, a 97,5% das solicitações das empresas;
- Divulgação e recolha de contributos de consultas às empresas em matéria de legislação europeia e outros temas relevantes para as empresas que operam no Mercado Único Europeu;
- Identificação, análise, divulgação e informação das medidas nacionais no âmbito do PRR com aplicação à Região. Igual trabalho sobre projetos e candidaturas regionais no âmbito do PRR;
- Identificação de iniciativas exclusivamente para o continente a nível do PRR, mas com potencial de serem replicadas na Região;

Na área económica, o assunto mais solicitado mais pelos associados relacionou-se com “Incentivos/PRR”, que apresenta um crescimento significativo, relativamente a 2021, devido essencialmente a questões sobre o PRR.

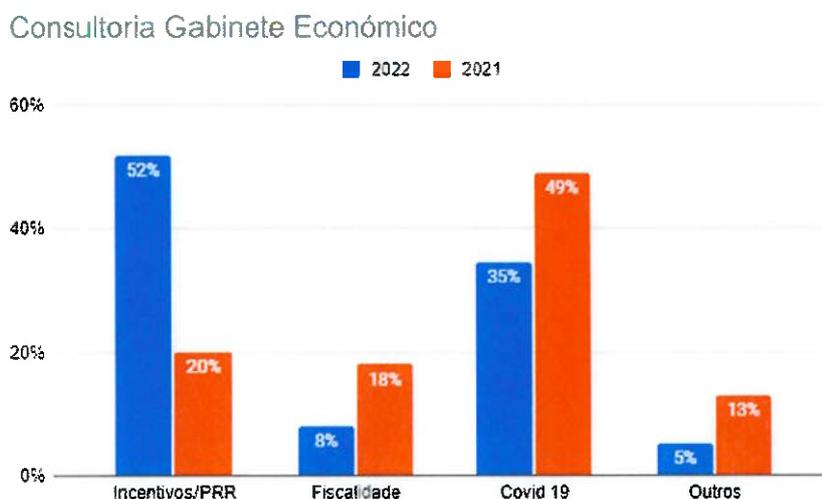
Registou-se um natural decréscimo sobre assuntos relacionados com a COVID 19, em que as questões foram essencialmente colocadas no 1º trimestre e muito relacionadas com os apoios para mitigação do impacto da pandemia



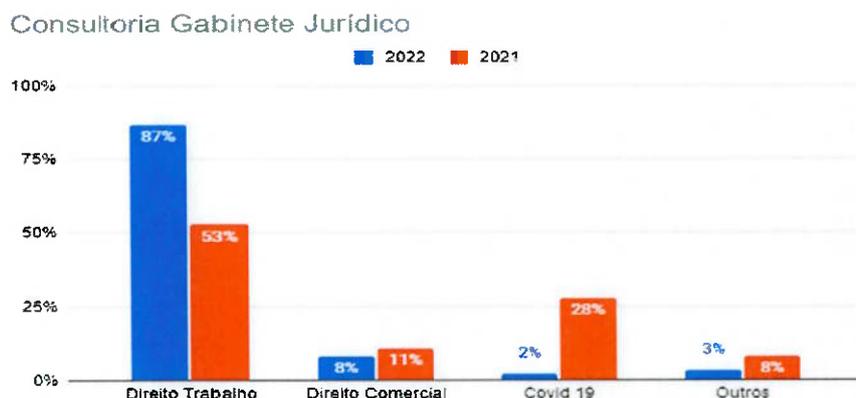
Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number 19.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

O quadro seguinte reflete esta realidade:



Na área jurídica, as questões laborais continuaram a ser largamente predominantes. Também a este nível houve natural redução de pedidos de informação/esclarecimento sobre a COVID 19, como se constata pelo gráfico seguinte:



[Handwritten signatures and initials]
20

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Avaliação da satisfação pelos serviços prestados

Manteve-se o sistema de avaliação em contínuo, no que se refere à satisfação dos associados, que recorreram aos serviços de informação e consultoria. O gráfico seguinte evidencia a avaliação dos associados, ao longo dos últimos 5 anos, que tem por base a realização de inquérito, que é efetuado após a prestação do serviço:



Outros serviços

A Câmara manteve serviços, a preços reduzidos, relativamente à constituição de empresas, pedidos de alvarás e de propriedade industrial, que se encontram, de forma evolutiva, espelhados no quadro seguinte:

	2018	2019	2020	2021	2022
Certificado de admissibilidade de firma (RNPC)	1	0	2	1	2
Alvará	2	1	2	3	3
Certificado de empreiteiro (IMPIC)	2	1	10	6	4
Registo de marca, logotipos, patentes etc (INPI)	0	1	0	0	0

[Assinaturas manuscritas]

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Assuntos Sócio Laborais/Contratação Coletiva de Trabalho/Política de Rendimentos

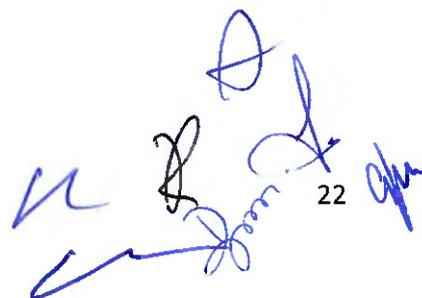
Nesta área de especial relevância e impacto direto na vida das empresas, destacam-se os seguintes aspetos, principalmente no que se refere à revisão dos CCTs celebrados pela Câmara:

- Alcançados acordos em todos os CCTs (14), em que sindicatos apresentaram propostas;
- Rejeitadas propostas sindicais para a celebração de novos CCTs para os profissionais de escritório e comércio e hotelaria e similares, uma vez que já existem convenções celebradas entre a Câmara e sindicatos. A aceitação destas pretensões geraria confusão, pois significaria a existência de 2 CCTs para as mesmas áreas;
- Solicitação ao Governo regional que procedesse atempadamente à emissão de portarias de extensão, para haver equidade e igualdade entre empresas e trabalhadores;
- Participação, através do gabinete jurídico, nas reuniões de conciliação no SERCAT (Serviço Regional de Conciliação e Arbitragem do Trabalho), bem como nas da CRITE – Açores (Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e Emprego);
- Manifestada total discordância com a decisão da Assembleia da República de não estender às Regiões Autónomas a medida excecional de compensação ao valor do salário mínimo nacional, criado pelo Governo da república, mas com aplicação apenas às empresas do continente.

Seminários, workshops e sessões de informação e esclarecimento

Foram realizados os seguintes eventos, alguns em cooperação com outras entidades, sendo a maioria via *online*:

- Descarbonização da Indústria (PRR);
- Roteiro da descarbonização/bairros digitais (PRR);
- SIFIDR - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial;
- Aceleradoras do Comércio Digital (PRR);



22

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

- Redução de consumo e promoção da reutilização e reciclagem (plásticos), com duas sessões: uma em Ponta Delgada e outra em Vila do Porto;
- Orçamento do Estado para 2023;
- Prevenção e repressão do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo;
- Últimas Alterações em matéria de Direitos do Consumidor e Direito Laboral;
- A diáspora portuguesa e a internacionalização das empresas;
- Como promover a cibersegurança na minha empresa?;

Nestas iniciativas participaram mais de 6 centenas de participantes.

PROJETOS ESPECIAIS

Foi dada continuidade à gestão de projetos já aprovados, bem como ao trabalho conducente à apresentação de novas candidaturas.

Apresentam-se os projetos, quer estejam ou não aprovados, com base nos respetivos mecanismos de financiamento. Salienta-se que as candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) são a projetos de âmbito nacional. Assim:

A – PRR – candidaturas apresentadas

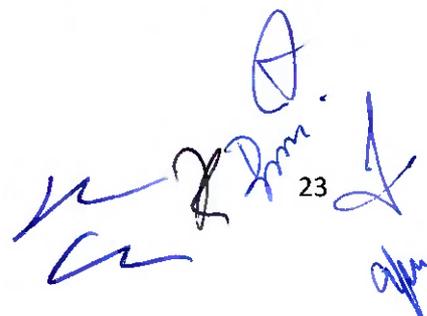
A CCIPD integrou 7 consórcios, assumindo a liderança de um deles, com vista à apresentação de candidaturas no âmbito dos Investimentos nas Empresas 4.0 e na Descarbonização da Indústria.

Destacam-se os projetos em que a Câmara participa:

i) Aceleradoras do Comércio Digital

A Câmara lidera um consórcio que integra associações de várias ilhas e também a AIP e ACIF/CCIM. Foi a única candidatura apresentada a nível regional.

As Aceleradoras correspondem a estruturas criadas pelo tecido associativo empresarial, organizado em consórcios, que têm por principal missão desenvolver os modelos de negócio das empresas do comércio e serviços abertos ao consumidor, bem como incentivar a adoção de tecnologias digitais.



23

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

A Câmara também integra o consórcio da Madeira, nos mesmos termos em que a ACIF/CCIM integra o consórcio dos Açores.

Em fevereiro de 2023, foi recebida informação da aprovação da candidatura.

ii) Bairros Comerciais Digitais

Foram aprovadas as 3 candidaturas que a Câmara integra, em sede de concurso de ideias, de manifestação de interesse. A submissão das candidaturas finais decorre até 9 de março. Estas candidaturas são desenvolvidas em parceria com as autarquias de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Vila do Porto.

Os bairros comerciais digitais, suportados num ambiente tecnológico avançado, são espaços urbanos contíguos, delimitados geograficamente, que apresentam uma densidade relevante de atividades comerciais e de prestação de serviços e beneficiam de uma estratégia comum de gestão, por forma a dinamizar tais áreas e a promover a coesão territorial.

iii) Roteiros para a descarbonização da indústria e capacitação das empresas

A Câmara participa em dois consórcios nacionais, que pretendem desenvolver roteiros para o setor agroalimentar. Um dos consórcios, constituído por sete associações empresariais nacionais, é liderado pela AIP. O outro, constituído por 3 entidades, é liderado pela Portugal Foods.

Estas candidaturas enquadram-se num conjunto de medidas que visam contribuir para as indústrias alcançarem o objetivo da neutralidade carbónica.

Em fevereiro de 2023, foi recebida informação da aprovação da candidatura que a Câmara participa, cujo consórcio é liderado pela Portugal Foods.

B – Programa de Cooperação inter-regional (MAC) – projetos em execução

i) CUSTOMS - Sistema facilitador do Comércio para o aumento das transações no espaço de cooperação (Açores, Madeira e Canárias) e com o exterior

- Conclusão do estudo de diagnóstico da situação comercial e a identificação de segmentos produtivos e/ou comerciais com maior potencial para o desenvolvimento de trocas comerciais entre os Açores, a Madeira e as Canárias e dos Açores com países terceiros da área da CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. Aguarda-se a

24



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

conclusão de estudo equivalente nas outras Regiões para a apresentação pública das conclusões.

ii) FiiHUB – Apoio a iniciativas vinculadas à plataforma FIWARE europeia, utilizando as tecnologias da internet do futuro.

Das atividades desenvolvidas salienta-se a realização em Maio de 2022 – Fiware Camp Madeira, que teve como mote a temática das “Smart Regions” e da “Mobilidade e Logística”. Decorreu no Funchal de 25 a 27 de maio no colégio dos jesuítas e contou com a presença de um elemento da CCIPD. Paralelamente ao evento decorreram as reuniões e atividades do Consórcio FiiHUB. O encerramento do projeto ocorreu em Novembro de 2022, em La Palma, Canárias. A CCIPD esteve presente no evento de encerramento, de forma Online. Este projeto foi encerrado em dezembro.

iii) SmartBlue F – economia azul

Deu-se continuidade na área da colaboração e cooperação através do reforço da Aliança Marítima Atlântica e na área da internacionalização das empresas. Das atividades desenvolvidas dá-se realce à participação na Feira do Mar de Cabo Verde e da organização de um seminário, no mesmo país, na temática da economia azul e áreas de cooperação. Os Açores estiveram representados com um orador convidado que abordou o tema das atividades marítimo-turísticas na Região. Da responsabilidade da CCIPD houve participação de duas empresas na feira BOOT, que se realizou em Dusseldorf.

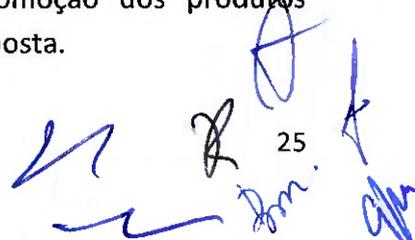
C – Outros projetos

i) COASTOUR

No final de 2022, a CCIPD recebeu a comunicação da aprovação do projeto COASTOUR, que tem como objetivo apoiar as empresas do Turismo Costeiro de modo a aumentar a sua competitividade, resiliência e sustentabilidade, aumento da capacitação transnacional, reforçar o apoio às empresas na área da sustentabilidade através das sinergias do ecossistema europeu e ferramentas disponíveis e melhorar a eficiência e a eficácia das estruturas Europeias de apoio à sustentabilidade.

ii) PO Açores 2020 – Turismo, Promoção e captação de investimento

Elaborados e apresentados 3 projetos, para financiamento do PO Açores 2020, nas áreas da promoção do turismo, promoção dos produtos regionais e atração de investimento. Aguardam resposta.

 25

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Participação em associações, entidades e organismos

A Câmara manteve a sua participação societária nas seguintes entidades: Associação para a Valorização Económica dos Açores (ex-Escola de Formação Turística e Hoteleira), ENTA – Escola de Novas Tecnologias, ARDE – Associação para o Desenvolvimento Regional e APRODAZ. A Câmara continuou a deter 100% da sociedade Profeiras.

Foi também mantida a presença da Câmara em diversos organismos de consulta e concertação, em representação dos interesses empresariais de S. Miguel e de Santa Maria.

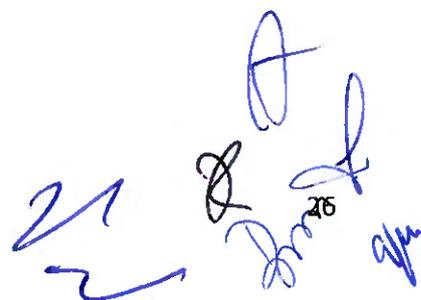
Comunicação Institucional e Associativa

Uma comunicação eficaz e contínua esteve presente na ligação da Direção com os associados, quer a nível da informação técnica, quer dando conta das atividades que a Câmara foi desenvolvendo ao longo do ano, quer ainda das decisões e tomadas de posições.

Igualmente foram também tidas em consideração a comunicação com a sociedade em geral, quer através de comunicados, entrevistas, notícias e artigos de opinião.

Ações desenvolvidas ao longo do ano:

- Emitidas 53 newsletter (60 em 2021, em 2019 foram 44);
- Emitidos 12 Comunicados/press release (15 em 2021);
- Divulgação e promoção de várias ações promovidas por outras entidades, consideradas de interesse para os associados;
- Divulgação de iniciativas de associados;
- Incentivo ao desenvolvimento de parcerias entre associados;
- Atualização contínua dos meios de comunicação da Câmara (site, redes sociais);



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Sistema de Gestão da Qualidade

Na sequência de auditoria pela APCER, a Câmara viu renovada a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com o referencial NP EN ISSO 9001:2015. Idêntica situação também ocorreu com a Profeiras.

Estes resultados confirmam o trabalho que a Câmara tem vindo a desenvolver, na sua estratégia de melhoria contínua, global e transversal dos serviços.

No 2º semestre, foi dada especial atenção ao denominado “Contexto” em que a Câmara atua, definindo no referido documento a estratégia e prioridades definidas pela nova direção, bem como os riscos, ameaças e potencialidades que se perspetivam.

Inquéritos

Realizados 3 inquéritos, tendo como objetivo possibilitar um conhecimento mais concreto sobre determinados assuntos e para ajudar a fundamentar a intervenção da Câmara e que foram:

Atividade Empresarial 2021 e Perspetivas 2022

Realizada mais uma edição deste inquérito, que a Câmara realiza desde 2009.

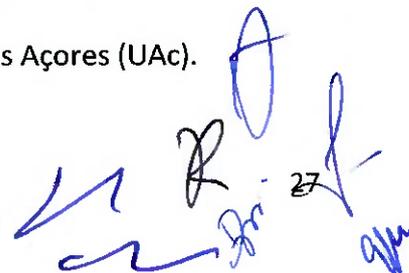
Este inquérito manteve a sua matriz de análise de vários aspetos da atividade das empresas, por forma a permitir a comparação de dados com os anos anteriores, designadamente a nível financeiro, emprego, investimento, financiamento.

Tendo em consideração o novo quadro comunitário “PO Açores 2030” foi solicitado aos inquiridos que indicassem que Áreas/Setores deveriam ser mais privilegiadas neste programa. A “Inovação” foi a hipótese indicada como mais relevante (58,9%), seguindo-se a “Economia Digital” e o “Turismo”, ambas com 50%.

No que se refere aos fatores com a maior influência durante 2022 o “aumento do custo das matérias-primas/combustíveis” foi, segundo 27,9% dos inquiridos, o fator mais preponderante na atividade económica regional do ano de 2022, seguindo-se a “redução do poder de compra dos consumidores” e a “guerra na Ucrânia” com 19,4% e 17,6% respetivamente.

Qualificação profissional dos trabalhadores das empresas

Este inquérito foi realizado em parceria com a Universidade dos Açores (UAc).



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

A nível dos recursos humanos com formação superior, o curso de “Gestão” da UAC é o que tem maior expressão nas empresas;

Foram identificadas as áreas com maiores dificuldades em recrutamento de novos trabalhadores. Em termos de trabalhadores com formação superior, as maiores carências situam-se ao nível das engenharias. No que se refere a quadros médios, as empresas experimentaram maiores dificuldades nas áreas da restauração, da construção civil e da área comercial. A nível de pessoal indiferenciado as maiores dificuldades de recrutamento foram na construção civil, na restauração e no comércio.

Setor da panificação

Os resultados do inquérito evidenciaram que, no decurso da pandemia, a maioria das empresas do setor recorreu a medidas de apoio ao emprego. O atraso nos respetivos pagamentos e a redução do nível de negócios (comparando 2019 com 2021), foram os aspetos mais referidos pelos inquiridos.

Como principais problemas para o setor em 2022 foram identificados: falta de mão-de-obra, o aumento das matérias-primas e dos combustíveis.

Assuntos internos e financeiros

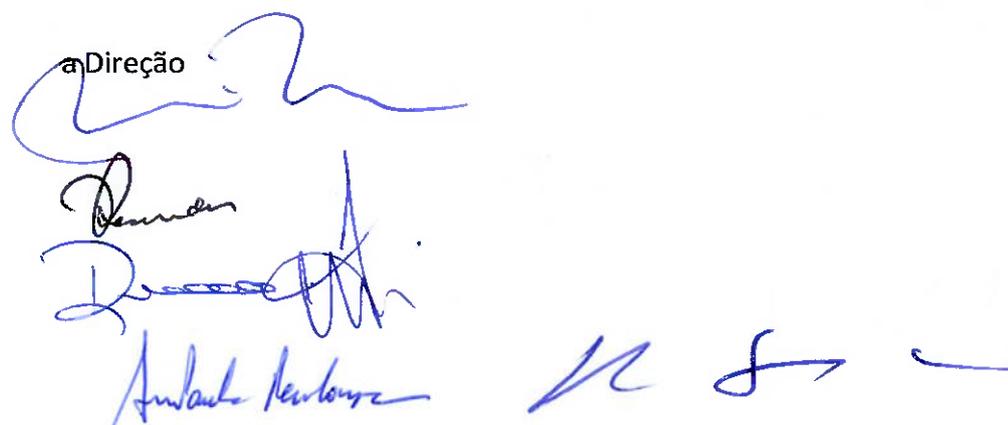
A componente financeira continuou a merecer uma intervenção permanente, com racionalização de custos.

Foram reduzidos dois postos de trabalho, um por cessão de contrato por mútuo acordo e o outro por cedência à Profeiras.

A seguir serão apresentadas as peças contabilísticas, o Balanço e a Demonstração dos Resultados que refletem as atividades descritas, que apresentam um resultado líquido do exercício de 2022, no valor de 200,48 €(duzentos euros e quarenta e oito cêntimos), que propomos que seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

Ponta Delgada, 16 de fevereiro de 2023

aDireção



The block contains several handwritten signatures in blue ink. The first signature is the largest and most prominent, followed by several smaller ones below it. The signatures are written in a cursive style.



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

		2022	2021
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	596 843	621 041
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	441 523	445 359
Participações financeiras - outros métodos	8	19 716	19 716
Outros ativos financeiros	8	1 179	827
		<u>1 059 262</u>	<u>1 086 944</u>
Ativo corrente			
Clientes	9	120 723	107 452
Créditos a receber	9	501 862	431 966
Diferimentos	10	424	2 790
Caixa e depósitos bancários	4	28 690	65 881
		<u>651 699</u>	<u>608 089</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1 710 961</u>	<u>1 695 034</u>
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados		473 019	531 132
Ajustamentos em ativos financeiros		228 274	233 931
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais		177 733	191 555
		<u>879 026</u>	<u>956 618</u>
Resultado líquido do período		200	(58 113)
Total do fundo de capital	11	<u>879 226</u>	<u>898 505</u>
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	12	52 474	36 652
Estado e outros entes públicos	13	15 483	23 222
Financiamentos obtidos	14	545 000	500 000
Outras dívidas a pagar	12	218 485	167 567
Diferimentos	10	294	69 088
Total do Passivo		<u>831 735</u>	<u>796 528</u>
Total dos fundos patrimoniais e passivo		<u>1 710 961</u>	<u>1 695 034</u>

A Contabilista Certificada

Ana Sofia Miranda
(CC 84957)

A direção



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

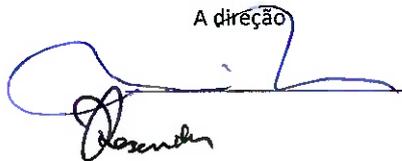
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Quotas e serviços prestados	15	273 309	246 143
Subsídios à exploração	16	487 968	427 228
	8	1 822	14 871
Ganhos/Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Fornecimentos e serviços externos	17	(360 033)	(294 554)
Gastos com o pessoal	18	(402 123)	(396 931)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(400)	1 136,07
Outros rendimentos e ganhos	19	130 066	18 740
Outros gastos e perdas	20	<u>(76 173)</u>	<u>(16 737)</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		54 437	(103)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7	<u>(24 542)</u>	<u>(34 549)</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		29 895,26	(34 651)
Juros e rendimentos similares obtidos	21	-	5 575
Juros e gastos similares suportados	22	<u>(27 616)</u>	<u>(25 810)</u>
Resultado antes de impostos		2 279	(54 886)
Imposto sobre o rendimento do período		<u>(2 079)</u>	<u>(3 227)</u>
Resultado líquido do período		<u>200</u>	<u>(58 113)</u>

A Contabilista Certificada



Ana Sofia Miranda
(CC 84957)

A direção













CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

RUBRICAS	Notas	2022	2021
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de quotas e clientes		228 631	181 859
Pagamentos a fornecedores		(199 440)	(283 111)
Pagamentos ao pessoal		(406 324)	(428 456)
Caixa gerada pelas operações		<u>(377 133)</u>	<u>(529 708)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(3 227)	(1 173)
Outros recebimentos/pagamentos		326 510	620 400
Fluxos de caixa das atividades operacionais		<u>(53 849)</u>	<u>89 519</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		<u>(343)</u>	<u>(764)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		<u>(343)</u>	<u>(764)</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		45 000	315 000
Pagamentos respeitantes a :			
<i>Financiamentos obtidos</i>			(334 353)
<i>Juros e gastos similares</i>		<u>(27 999)</u>	<u>(26 106)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		<u>17 001</u>	<u>(45 458)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		(37 192)	43 296
Caixa e seus equivalentes no início do período		65 881	22 585
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	28 690	65 881

A Contabilista Certificada

A. A. A. A.
(CC.84957)

A direção

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos fundos patrimoniais
		Património social	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações	Resultado líquido do período	
Saldo em 1 de Janeiro de 2021		-	733 577	238 558	209 619	(68 285)	1 113 469
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-
Aplicação dos resultados de 2020		-	(68 285)	-	-	(68 285)	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	(134 160)	(4 627)	(18 064)	-	(156 851)
		-	(68 285)	(4 627)	(18 064)	(68 285)	(156 851)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						(58 113)	(58 113)
RESULTADO INTEGRAL						(58 113)	(58 113)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuições		-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		-	531 132	233 931	191 555	(58 113)	898 505
Saldo em 1 de Janeiro de 2022		-	531 132	233 931	191 555	(58 113)	898 505
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-
Aplicação dos resultados de 2021		-	(58 113)	-	-	(58 113)	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	(5 658)	(13 822)	-	(19 480)
		-	(58 113)	(5 658)	(13 822)	(58 113)	(19 480)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						200	200
RESULTADO INTEGRAL						200	200
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuições		-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		-	473 019	228 274	177 733	200	879 226

A Contabilista Certificada

A direção

Ana Branca
(cc. 84957)

Desemb.

Director

Ad. q/m

✓

✓

✓

Conta	Designação	Valores mensais		Valores acumulados							
		Debitos	Creditos	Saldo	Debitos	Creditos	Saldo				
11	CAIXA										
11.1	CAIXA A - CONTABILIDADE CCIPD	436,91	371,76	65,15	3 333,75	2 826,18	507,57				
11.3	CAIXA C - DELEGAÇÃO DE STA. MARIA	436,91	371,76	65,15	3 133,72	2 631,66	502,06				
		,00	,00	,00	200,03	194,52	5,51				
12	DEPÓSITOS À ORDEM										
12.0	DEPÓSITOS À ORDEM - SÉRIE A	234 975,97	245 853,95	10 877,98 CR	1 351 134,97	1 322 952,60	28 182,37				
12.0.1	SANTANDER TOTTA - CCIPD	154 039,49	164 917,47	10 877,98 CR	1 006 916,85	978 734,48	28 182,37				
12.0.2	SANTANDER TOTTA - FORMAÇÃO	153 353,49	164 901,67	11 548,18 CR	914 647,36	894 448,94	20 198,42				
12.0.3	NOVO BANCO - CCIPD	686,00	15,80	670,20	76 564,98	71 130,14	5 434,84				
		,00	,00	,00	15 704,51	13 155,40	2 549,11				
21	CLIENTES										
21.1	CLIENTES C/C	80 497,78	89 613,83	9 116,05 CR	418 197,90	298 913,30	119 284,60				
21.1.1	CLIENTES GERAIS	2 695,00	3 429,29	734,29 CR	57 769,78	41 609,66	16 160,12				
21.1.1.1	CLIENTES GERAIS - ASSOCIADOS	2 695,00	3 429,29	734,29 CR	57 769,78	41 609,66	16 160,12				
21.1.1.2	CLIENTES GERAIS - NÃO ASSOCIADOS	2 253,50	2 089,41	164,09	48 896,88	33 543,14	15 353,74				
21.5	CLIENTES - QUOTAS	441,50	1 339,88	898,38 CR	8 872,90	8 066,52	806,38				
21.7	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA	56 195,92	85 784,54	29 588,62 CR	304 244,20	229 950,88	74 293,32				
21.7.1	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA	21 606,86	,00	21 606,86	56 183,92	40,41	56 143,51				
21.7.1.1	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA GERAIS	21 606,86	,00	21 606,86	56 183,92	40,41	56 143,51				
21.9	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	21 606,86	400,00	400,00 CR	56 183,92	40,41	56 143,51				
21.9.1	DÍVIDAS DE CLIENTES DUVIDOSOS	,00	400,00	400,00 CR	,00	27 312,35	27 312,35 CR				
21.9.2	DÍVIDAS DE QUOTAS SÓCIOS	,00	,00	,00	,00	7 219,55	7 219,55 CR				
						20 092,80	20 092,80 CR				
22	FORNECEDORES										
22.1	FORNECEDORES C/C	28 119,45	69 831,21	41 711,76 CR	209 293,38	261 692,16	52 398,78 CR				
22.1.1	FORNECEDORES GERAIS	28 119,45	69 831,21	41 711,76 CR	209 293,38	261 692,16	52 398,78 CR				
22.1.1.1	FORNECEDORES - ASSOCIADOS	15 934,30	36 814,51	20 880,21 CR	135 454,25	164 019,88	28 565,63 CR				
22.1.1.2	FORNECEDORES GERAIS - NÃO ASSOCIADOS	12 185,15	33 016,70	20 831,55 CR	73 839,13	97 672,28	23 833,15 CR				
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS										
24.1	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	18 270,35	14 619,77	3 650,58	163 568,77	179 051,29	15 482,52 CR				
24.1.5	APURAMENTO	,00	2 078,79	2 078,79 CR	3 226,78	5 305,57	2 078,79 CR				

CNT09 - 1

[Handwritten signature]

BALANCETE DO SETIMO NIVEL EM 2022/12

EDUARDO

Ordem - Numerica

U.M. EUR

Conta	Designação	Valores mensais			Valores acumulados		
		Debitos	Creditos	Saldo	Debitos	Creditos	Saldo
24.2	RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS	4 767,00	6 075,44	1 308,44 CR	50 136,54	57 109,26	6 972,72 CR
24.2.1	I.R.S.- TRABALHO DEPENDENTE	4 729,00	2 219,00	2 510,00	39 942,00	42 161,00	2 219,00 CR
24.2.2	I.R.S.- TRABALHO INDEPENDENTE	38,00	3 706,44	3 668,44 CR	8 690,67	12 994,39	4 303,72 CR
24.2.4	I.R.S.- PREDIAIS	,00	150,00	150,00 CR	1 503,87	1 953,87	450,00 CR
24.5	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	13 468,82	6 396,48	7 072,34	109 824,53	116 221,01	6 396,48 CR
24.5.1	C.P.P. PONTA DELGADA	13 468,82	6 396,48	7 072,34	108 800,79	115 197,27	6 396,48 CR
24.8	OUTRAS TRIBUTAÇÕES	34,53	69,06	34,53 CR	380,92	415,45	34,53 CR
24.8.1	FUNDO COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	34,53	69,06	34,53 CR	380,92	415,45	34,53 CR
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	50 000,00	,00	50 000,00	100 000,00	645 000,00	545 000,00 CR
25.1	INSTITUIÇÕES CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS	50 000,00	,00	50 000,00	100 000,00	645 000,00	545 000,00 CR
25.1.1	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	50 000,00	,00	50 000,00	100 000,00	645 000,00	545 000,00 CR
25.1.1.1	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS-SANTANDER TOTTA	50 000,00	,00	50 000,00	100 000,00	435 000,00	335 000,00 CR
25.1.1.2	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS-NOVO BANCO	,00	,00	,00	,00	210 000,00	210 000,00 CR
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	462 961,67	226 107,77	236 853,90	1 597 086,45	1 312 345,73	284 740,72
27.2	DEVEDORES E CREDITORES POR ACRÉSCIMOS	131 244,54	39 642,07	91 602,47	232 202,81	182 042,19	50 160,62
27.2.1	DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	102 711,74	,00	102 711,74	102 711,74	,00	102 711,74
27.2.2	CREDITORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	28 532,80	39 642,07	11 109,27 CR	129 491,07	182 042,19	52 551,12 CR
27.2.2.2	REMUNERAÇÕES A LIQUIDAR	27 072,37	5 776,35	21 296,02	72 109,14	117 286,19	45 177,05 CR
27.2.2.2.1	FÉRIAS	23 525,36	1 925,45	21 599,91	23 525,36	46 892,32	23 366,96 CR
27.2.2.2.2	SUB. FÉRIAS	1 621,56	1 925,45	303,89 CR	25 082,23	46 892,32	21 810,09 CR
27.2.2.4	ENCARGOS SOBRE FERIAS, SUB. FERIAS E NATAL	1 409,24	1 288,23	121,01	11 452,62	22 202,63	10 750,01 CR
27.2.2.4.1	SEG. SOCIAL FÉRIAS	683,44	429,41	254,03	683,44	6 504,37	5 820,93 CR
27.2.2.4.2	SEG. SOCIAL SUB. FÉRIAS	296,39	429,41	133,02 CR	5 528,12	10 457,20	4 929,08 CR
27.2.2.8	OUTRAS CONTAS A REGULARIZAR	,00	,00	,00	40 516,00	,00	40 516,00
27.2.2.9	OUTROS ACRESCIMOS DE CUSTOS	51,19	32 520,11	32 468,92 CR	2 371,25	39 511,31	37 140,06 CR
27.8	OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	331 717,13	186 465,70	145 251,43	1 364 540,28	1 129 960,18	234 580,10
27.8.1	OUTROS DEVEDORES DIVERSOS	294 535,61	160 314,97	134 220,64	1 130 290,06	864 514,60	265 775,46
27.8.2	FORMADORES	37 181,52	26 150,73	11 030,79	234 250,22	265 445,58	31 195,36 CR

BALANCETE DO SETIMO NIVEL EM 2022/12

EDUARDO

Ordem - Numerica

U.M. EUR

Conta	Designação	Valores mensais		Valores acumulados			
		Debitos	Creditos	Saldo	Debitos	Creditos	Saldo
27.8.2.1	FORMADORES	28 675,16	17 222,14	11 453,02	97 331,44	98 916,56	1 585,12 CR
27.8.2.2	OUTROS CREDITORES DIVERSOS	,00	4 284,62	4 284,62 CR	67 316,56	92 301,09	24 984,53 CR
27.8.2.4	FORMANDOS	8 506,36	4 643,97	3 862,39	69 602,22	74 227,93	4 625,71 CR
27.8.2.4.1	FORMANDOS DEVEDORES	,00	,00	,00	378,01	334,95	43,06
27.8.2.4.2	FORMANDOS CREDITORES	8 506,36	4 643,97	3 862,39	69 224,21	73 892,98	4 668,77 CR
28	DIFERIMENTOS	155 781,12	102 521,31	53 259,81	264 489,26	264 359,20	130,06
28.1	GASTOS A RECONHECER	113,42	,00	113,42	3 213,56	2 789,50	424,06
28.2	RENDIMENTOS A RECONHECER	155 667,70	102 521,31	53 146,39	261 275,70	261 569,70	294,00 CR
28.2.9	OUTROS RENDMTOS A RECONHECER	46 522,31	294,00	46 228,31	46 816,31	47 110,31	294,00 CR
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	31,94	3 836,09	3 804,15 CR	466 254,99	3 836,09	462 418,90
41.4	Investimentos noutras empresas	,00	3 836,09	3 836,09 CR	465 075,58	3 836,09	461 239,49
41.4.1	Participações de capital	,00	3 836,09	3 836,09 CR	465 075,58	3 836,09	461 239,49
41.5	Outros investimentos financeiros	31,94	,00	31,94	1 179,41	,00	1 179,41
41.5.2	FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	31,94	,00	31,94	1 179,41	,00	1 179,41
43	Activos fixos tangíveis	172 820,13	174 609,12	1 788,99 CR	4 619 296,27	4 022 453,07	596 843,20
43.1	Terrenos e recursos naturais	,00	,00	,00	149 675,07	,00	149 675,07
43.2	Edifícios e outras construções	,00	,00	,00	960 049,07	,00	960 049,07
43.3	Equipamento básico	,00	,00	,00	44 797,04	,00	44 797,04
43.5	Equipamento administrativo	,00	,00	,00	1 238 861,12	,00	1 238 861,12
43.7	Outros activos fixos tangíveis	,00	172 820,13	172 820,13 CR	2 053 093,84	172 820,13	1 880 273,71
43.8	Depreciações acumuladas	172 820,13	1 788,99	171 031,14	172 820,13	3 849 632,94	3 676 812,81 CR
43.8.2	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	,00	1 733,53	1 733,53 CR	,00	514 546,93	514 546,93 CR
43.8.3	EQUIPAMENTO BÁSICO	,00	,00	,00	,00	44 797,05	44 797,05 CR
43.8.5	Equipamento administrativo	,00	55,46	55,46 CR	,00	1 239 209,14	1 239 209,14 CR
43.8.7	Outros activos fixos tangíveis	172 820,13	,00	172 820,13	172 820,13	2 051 079,82	1 878 259,69 CR
44.4	Propriedade industrial	,00	,00	,00	3 449,69	,00	3 449,69
44.8	Amortizações acumuladas	,00	,00	,00	,00	3 449,69	3 449,69 CR

RESERVAS

Mod. Expandindustria 1.31

CNT019 - 3

BALANCETE DO SETIMO NIVEL EM 2022/12

EDUARDO

Ordem - Numerica

U.M. EUR

Conta	Designação	Valores mensais		Valores acumulados		
		Debitos	Creditos	Debitos	Creditos	
		Saldo		Saldo	Saldo	
55	RESERVAS	,00	,00	,00	1 695 200,76	1 695 200,76 CR
55.2	OUTRAS RESERVAS	,00	,00	,00	1 695 200,76	1 695 200,76 CR
56	RESULTADOS TRANSITADOS	,00	,00	1 222 181,40	,00	1 222 181,40
57	AJUSTAMOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	5 657,60	,00	5 657,60	233 931,17	228 273,57 CR
57.1	RELACIONADOS C/ MÉTODO DA EQUIV PATRIMONIAL	5 657,60	,00	5 657,60	233 931,17	228 273,57 CR
57.1.1	AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO	5 657,60	,00	5 657,60	233 931,17	228 273,57 CR
59	OUTRAS VARIÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	13 868,48	46,34	13 822,14	191 601,19	177 732,71 CR
59.3	SUBSÍDIOS	13 868,48	46,34	13 822,14	189 165,46	175 296,98 CR
59.9	OUTRAS	,00	,00	,00	2 435,73	2 435,73 CR
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	90 794,75	789,34	90 005,41	5 336,15	360 032,89
62.2	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	63 198,54	553,34	62 645,20	2 310,84	183 529,64
62.2.1	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	35 969,87	,00	35 969,87	62 413,15	61 175,65
62.2.2	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	11 530,50	553,34	10 977,16	16 559,22	553,34
62.2.3	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	,00	,00	,00	446,77	,00
62.2.4	HONORÁRIOS	15 470,28	,00	15 470,28	96 141,80	500,00
62.2.4.1	FORMADORES	15 470,28	,00	15 470,28	96 141,80	500,00
62.2.6	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	,00	,00	,00	109,64	,00
62.2.7	SERVIÇOS BANCÁRIOS	227,89	,00	227,89	1 239,68	1 239,68
62.2.8	OUTROS	,00	,00	,00	8 930,22	20,00
62.3	MATERIAIS	17 048,12	,00	17 048,12	26 947,71	1 026,68
62.3.1	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DESGASTE RÁPIDO	8 712,90	,00	8 712,90	11 218,39	961,20
62.3.2	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	84,10	,00	84,10	316,10	,00
62.3.3	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	311,95	,00	311,95	6 278,75	65,48
62.3.4	ARTIGOS PARA OFERTA	7 939,17	,00	7 939,17	7 974,17	,00
62.3.8	OUTROS	,00	,00	,00	1 160,30	,00
62.4	ENERGIA E FLUIDOS	1 826,14	,00	1 826,14	14 086,92	339,30
62.4.1	ELECTRICIDADE	1 634,10	,00	1 634,10	11 931,75	339,30
62.4.3	ÁGUA				2 155,17	



 Dom.

 CNT019

 4

BALANCETE DO SETIMO NIVEL EM 2022/12

EDUARDO

Ordem - Numerica

U.M. EUR

Conta	Designação	Valores mensais		Valores acumulados	
		Debitos	Creditos	Debitos	Creditos
		Saldo		Saldo	
62.4.3	ÁGUA	192,04	,00	192,04	,00
62.5	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	4 643,97	,00	4 643,97	772,50
62.5.1	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	,00	,00	,00	755,04
62.5.1.1	REFEIÇÕES	,00	,00	,00	,00
62.5.1.2	TRANSPORTES - NÃO DEDUTIVEIS	,00	,00	,00	31,15
62.5.1.3	VIAG. AVIÃO	,00	,00	,00	723,89
62.5.1.5	ESTADIAS	,00	,00	,00	,00
62.5.1.6	ESTACIONAMENTO	,00	,00	,00	,00
62.5.1.7	TRANSPORTES - DEDUTIVEIS	,00	,00	,00	,00
62.5.3	TRANSPORTES DE MERCADORIAS	,00	,00	,00	17,46
62.5.4	FORMANDOS	4 643,97	,00	4 643,97	,00
62.6	SERVIÇOS DIVERSOS	4 077,98	236,00	3 841,98	886,83
62.6.1	RENDAS E ALUGUERES	1 088,39	,00	1 088,39	650,83
62.6.2	COMUNICAÇÃO	1 091,94	,00	1 091,94	,00
62.6.2.1	GASTOS POSTAIS	283,37	,00	283,37	,00
62.6.2.2	TELEFONE	779,50	,00	779,50	,00
62.6.2.3	VODAFONE PORTUGAL	17,28	,00	17,28	,00
62.6.2.5	INTERNET	11,79	,00	11,79	,00
62.6.3	SEGUROS	58,31	,00	58,31	,00
62.6.3.1	SEGURO (MULTI-RISCOS)	,00	,00	,00	,00
62.6.3.3	SEG. ACID. PESSOAIS	58,31	,00	58,31	,00
62.6.5	CONTENCIOSO E NOTARIADO	,00	,00	,00	,00
62.6.7	LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	1 603,34	,00	1 603,34	,00
62.6.8	OUTROS SERVIÇOS	236,00	236,00	,00	236,00
63	GASTOS COM O PESSOAL	32 705,08	28 481,61	4 223,47	35 475,40
63.2	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	27 130,73	28 481,61	1 350,88 CR	35 399,88
63.2.1	ORDENADOS E SALÁRIOS	25 355,12	28 481,61	3 126,49 CR	35 399,88
63.2.1.1	ORDENADOS E SALÁRIOS	19 448,44	28 481,61	9 033,17 CR	35 062,03
63.2.1.2	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS	1 925,45	,00	1 925,45	337,85
63.2.1.3	SUBSÍDIOS DE NATAL	1 925,45	,00	1 925,45	,00
	DIUTURNIDADES				
	Mod. Expandindustria 1.31				



 CNM019 - 5

BALANCETE DO SETIMO NIVEL EM 2022/12

EDUARDO

Ordem - Numerica

U.M. EUR

Conta	Designação	Valores mensais			Valores acumulados		
		Debitos	Creditos	Saldo	Debitos	Creditos	Saldo
63.2.1.1.5	DIURNIDADES	1 307,58	,00	1 307,58	17 609,46	,00	17 609,46
63.2.1.1.6	SUBS. CHEFIA	748,20	,00	748,20	8 978,40	,00	8 978,40
63.2.2	REMUNERAÇÕES ADICIONAIS	1 775,61	,00	1 775,61	22 631,22	,00	22 631,22
63.2.2.2	SUBSIDIO ALIMENTAÇÃO	1 432,85	,00	1 432,85	20 851,07	,00	20 851,07
63.2.2.3	AJUDAS DE CUSTO	342,76	,00	342,76	1 780,15	,00	1 780,15
63.4	INDEMNIZAÇÕES	,00	,00	,00	3 200,00	,00	3 200,00
63.5	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	5 574,35	,00	5 574,35	69 791,63	75,52	69 716,11
63.5.1	TAXA SOCIAL ÚNICA	5 571,76	,00	5 571,76	69 077,04	75,52	69 001,52
63.5.2	CAIXA PREVIDÊNCIA RETROACTIVOS	,00	,00	,00	685,59	,00	685,59
63.5.3	FUNDO COMPESAÇÃO TRABALHO	2,59	,00	2,59	29,00	,00	29,00
63.6	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISS	,00	,00	,00	4 037,52	,00	4 037,52
63.8	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	,00	,00	,00	273,24	,00	273,24
64	GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	1 788,99	,00	1 788,99	24 541,54	,00	24 541,54
64.2	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	1 788,99	,00	1 788,99	24 541,54	,00	24 541,54
64.2.2	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	1 733,53	,00	1 733,53	23 888,30	,00	23 888,30
64.2.5	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	55,46	,00	55,46	653,24	,00	653,24
65	PERDAS POR IMPARIDADE	400,00	,00	400,00	400,00	,00	400,00
65.1	EM DÍVIDAS A RECEBER	400,00	,00	400,00	400,00	,00	400,00
65.1.1	CLIENTES	400,00	,00	400,00	400,00	,00	400,00
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	62 909,77	,01	62 909,76	76 172,63	,01	76 172,62
68.1	IMPOSTOS	,00	,00	,00	120,66	,00	120,66
68.1.2	IMPOSTOS INDIRECTOS	,00	,00	,00	120,66	,00	120,66
68.8	OUTROS	62 909,77	,01	62 909,76	76 051,97	,01	76 051,96
68.8.1	CORREÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS ANTERIORES	33 170,83	,00	33 170,83	44 196,45	,00	44 196,45
68.8.3	QUOTIZAÇÕES	2 457,73	,00	2 457,73	4 017,73	,00	4 017,73
68.8.8	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	27 281,21	,01	27 281,20	27 837,79	,01	27 837,78
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	8 805,70	,00	8 805,70	27 615,99	,00	27 615,99

BALANCETE DO SETIMO NIVEL EM 2022/12

EDUARDO

Ordem - Numerica

U.M. EUR

Conta	Designação	Valores mensais			Valores acumulados		
		Debitos	Creditos	Saldo	Debitos	Creditos	Saldo
69.1	JUROS SUPORTADOS	4 305,25	,00	4 305,25	17 171,00	,00	17 171,00
69.1.1	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	3 440,91	,00	3 440,91	16 305,41	,00	16 305,41
69.1.1.5	JUROS DE MORA E COMPENSATÓRIOS	,00	,00	,00	1,25	,00	1,25
69.1.1.8	OUTROS JUROS	864,34	,00	864,34	864,34	,00	864,34
69.8	OUTROS GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	4 500,45	,00	4 500,45	10 444,99	,00	10 444,99
69.8.8	OUTROS	4 500,45	,00	4 500,45	10 444,99	,00	10 444,99
71	QUOTAS	294,00	55 861,92	55 567,92	55 939,92	219 608,55	163 668,63
71.1	QUOTAS ORDINÁRIAS	294,00	55 861,92	55 567,92	55 939,92	219 608,55	163 668,63
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	13 839,51	9 126,76	4 712,75	23 710,29	133 350,71	109 640,42
72.1	FORMAÇÃO MODULAR DE ATIVOS	,00	2 268,00	2 268,00	6 055,20	44 138,00	38 082,80
72.4	SERVIÇOS JURIDICOS	,00	50,00	50,00	,00	510,00	510,00
72.5	OUTROS SERVIÇOS	13 839,51	6 808,76	7 030,75	17 655,09	88 702,71	71 047,62
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	,00	302 319,50	302 319,50	7 819,41	495 787,67	487 968,26
75.1	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTRES PÚBLICOS	,00	301 857,93	301 857,93	7 819,41	495 326,10	487 506,69
75.1.1	PO ACORES 2020 - FSE	,00	133 808,86	133 808,86	7 819,41	264 473,47	256 654,06
75.1.4	OUTROS SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	,00	74 366,65	74 366,65	,00	109 667,96	109 667,96
75.1.5	MACINTERREG	,00	41 543,85	41 543,85	,00	69 046,10	69 046,10
75.1.6	ENN	,00	52 138,57	52 138,57	,00	52 138,57	52 138,57
75.2	SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES	,00	461,57	461,57	,00	461,57	461,57
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	46,34	113 094,04	113 047,70	46,34	131 934,20	131 887,86
78.1	RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	,00	97 069,98	97 069,98	,00	97 069,98	97 069,98
78.1.6	OUTROS RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	,00	97 069,98	97 069,98	,00	97 069,98	97 069,98
78.5	RENDIMENTOS E GANHOS SUBSID,ASSOCIADAS EMPR CONJ	,00	1 821,51	1 821,51	,00	1 821,51	1 821,51
78.5.2	Aplicação do método da equivalência patrimonial	,00	1 821,51	1 821,51	,00	1 821,51	1 821,51
78.8	OUTROS	46,34	14 202,55	14 156,21	46,34	33 042,71	32 996,37
78.8.1	CORREÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS ANTERIORES	,00	317,11	317,11	,00	3 942,71	3 942,71
78.8.3	IMP. SUBSÍDIOS P/ INVESTIMTOS	46,34	13 868,48	13 822,14	46,34	15 868,48	13 822,14

BALANCETE DO SETIMO NIVEL EM 2022/12 U.M. EUR EDUARDO

Ordem - Numerica

Conta	Designação	Valores mensais		Valores acumulados			
		Debitos	Creditos	Saldo	Debitos	Creditos	Saldo
78.8.8	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	,00	16,96	16,96 CR	,00	15 231,52	15 231,52 CR
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2 078,79	,00	2 078,79	60 191,84	58 113,05	2 078,79
81.2	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	2 078,79	,00	2 078,79	2 078,79	,00	2 078,79
81.2.1	IMPOSTO ESTIMADO PARA O PERÍODO	2 078,79	,00	2 078,79	2 078,79	,00	2 078,79
	Saldos a debito			788 058,03			7 439 427,90
	Saldos a credito			788 058,03			7 439 427,90
	Total Geral	1 486 456,78	1 486 456,78	,00	12 202 899,05	12 202 899,05	,00



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021



1. Identificação da entidade

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA (ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DAS ILHAS DE SÃO MIGUEL E SANTA MARIA) é uma associação sem fins lucrativos constituída em 1835, que tem por objeto a representação, defesa e promoção dos interesses da indústria, comércio e serviços, quer económicos, sociais, profissionais e culturais dos seus associados.

Tem a sua sede social na Rua Ernesto do Canto, nº 13, freguesia de S. Pedro, concelho de Ponta Delgada.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), de acordo a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF - ESNL) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC - ESNL. Sempre que o SNC – ESNL não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às NCRF e demais legislação complementar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas na União Europeia e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados.

3.1 Bases de apresentação e de mensuração

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio no pressuposto da continuidade das operações da Associação, de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em

[Handwritten signature and initials]
1



euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição líquido das respetivas amortizações acumuladas e de perdas por imparidade. As amortizações são calculadas às taxas fiscalmente autorizadas, as quais foram estabelecidas para, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, amortizarem os ativos fixos tangíveis durante o período da sua vida útil estimado.

As despesas de reparação e manutenção normais dos ativos fixos em exploração são considerados como gastos no ano em que ocorrem.

3.2.2 Imparidade de ativos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da associação são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.



3.2.3 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

3.2.4 Clientes e outros créditos a receber

As dívidas dos clientes e de outros créditos a receber estão mensuradas ao valor nominal deduzidas das perdas de imparidade acumuladas, as quais são calculadas quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

As dívidas dos clientes e de outros créditos a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.5 Fornecedores e outras dívidas a pagar

Estas contas estão mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou as outras dívidas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.6 Caixa e equivalentes a caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

3.2.7 Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.



As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

3.2.8 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Associação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados.

São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Associação desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.9 Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados na rubrica Outros créditos a receber e Outras dívidas a pagar e Diferimentos.

3.2.10 Rédito

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, líquido de impostos e descontos sendo reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

O rédito decorrente das prestações de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da prestação do serviço ou quanto à cobrança da mesma.

4



3.2.11 Subsídios

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança de que a Associação cumprirá as condições a eles associados.

Os subsídios ao investimento são inicialmente levados aos capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada ao respetivo ativo subsidiado.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar, para projetos com candidaturas aprovadas neste período, reconhecesse o acréscimo de rendimentos para os períodos subsequentes.

3.2.12 Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho suplementar, subsídio de alimentação, diuturnidades, ajudas de custo, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

O direito a férias e subsídios de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2.13 Imposto sobre o rendimento

A Associação está isenta de liquidação do Imposto sobre o Rendimento (IRC) nas operações diretamente relacionadas com os seus associados.

5



3.2.14 Provisões e ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

3.2.15 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As principais estimativas contabilísticos e juízos de valor que podem originar correções materiais no valor contabilístico dos ativos e passivos nos períodos subsequentes poderão ter origem (i) na determinação do período de realização das rubricas de clientes e outros créditos a receber que geralmente estão relacionadas com projetos financiados por entidades públicas, no estabelecimento do risco de crédito associado a esses ativos e não aceitação da elegibilidade das despesas; (ii) na estimativa da vida útil dos ativos fixos tangíveis e do seu valor residual e (iii) na recuperação das participações financeiras que são mensuradas pelo método do custo.

3.2.16 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos,



mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe do caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e descobertos bancários, como se indica:

	2022	2021
Numerário	508	1 200
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	28 182	64 681
	<u>28 690</u>	<u>65 881</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

As políticas contabilísticas utilizadas durante o ano de 2022 não sofreram quaisquer alterações em relação às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos e, também, não foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os capitais próprios da participada Profeiras - Feiras e Exposições, SU, Lda., detida exclusivamente pela Associação resumem-se como seguem:

Exercício	Capital subscrito	Capital Próprio	Resultado líquido
2021	50 000	445 359	14 871
2022	50 000	441 523	1 822

A Associação reforçou os capitais próprios desta participada em 75.000 euros em 26 de novembro de 2007 e em 1 de março de 2020 com o montante de 25.000 euros, sob a forma de prestações suplementares, que não vencem juros e nem têm período de reembolso definido.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

As principais transações havidas com esta participada durante o ano foram as seguintes:

	2022	2021
Prestação de serviços	13 834	19 351
Fornecimento e serviços externos	14 859	-
Juros obtidos	-	5 512
Juros suportados	864	-

Os saldos com esta participada estão mostrados nas seguintes contas do balanço:

	2022	2021
Outros créditos a receber	6 183	33 974
Outras dívidas a pagar	51 210	-

Conforme indicado na Nota 21, na rubrica de juros suportados estão registados os juros creditados pela participada PROFEIRAS referente ao saldo médio mensal vencido no período decorrido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, no montante de 864 euros, na rubrica de juros obtidos estão registados os juros debitados à participada PROFEIRAS referente ao saldo médio mensal vencido no período decorrido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, no montante de 5.512 euros.

Relativamente aos restantes ativos financeiros as principais transações no ano foram as seguintes:

	2022	2021
ARDE:		
Quotizações	1 500	1 500
CCIA:		
Quotizações	2 458	2 406

7. Ativos fixos tangíveis

Em 31 dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nesta rubrica podem ser assim resumidos:

21
A
dm
8



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

	Saldo Inicial			Saldo Final
	01/01/2022	Aumentos	Abates	31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	149 675	-	-	149 675
Edifícios e outras construções	960 049	-	-	960 049
Equipamento básico	44 797	-	-	44 797
Equipamento administrativo	1 238 518	344	-	1 238 862
Outros ativos fixos tangíveis	2 053 094	-	(172 820)	1 880 274
Total	4 446 133	344	(172 820)	4 273 657
Depreciação Acumulada				
Edifícios e outras construções	490 659	23 888	-	514 894
Equipamento básico	44 797	-	-	44 797
Equipamento administrativo	1 238 556	653	-	1 238 862
Outros ativos fixos tangíveis	2 051 080	-	(172 820)	1 878 260
Total	3 825 091	24 542	(172 820)	3 676 813
	621 041			596 843
Saldo Inicial				
	01/01/2021	Aumentos	Abates	Saldo Final
				31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	149 675	-	-	149 675
Edifícios e outras construções	960 049	-	-	960 049
Equipamento básico	44 797	-	-	44 797
Equipamento administrativo	1 238 518	-	-	1 238 518
Outros ativos fixos tangíveis	2 052 329	-	-	2 052 094
Total	4 445 368	-	-	4 446 133
Depreciação Acumulada				
Edifícios e outras construções	466 770	23 888	-	490 659
Equipamento básico	44 797	-	-	44 797
Equipamento administrativo	1 232 492	6 064	-	1 238 556
Outros ativos fixos tangíveis	2 046 484	4 596	-	2 051 080
Total	3 790 543	34 548	-	3 825 091
	654 826			621 041

Por transação com a Profeiras foi abatido o bem transacionado com a empresa, que tinha sido registado no valor de aquisição no montante de 172 820 euros e que se encontrava totalmente amortizado.

8. Participações financeiras

[Handwritten signatures and initials]

9



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica Participações financeiras compreende exclusivamente a participação financeira na Profeiras, onde a Associação é sócia única com um capital social de 50.000 euros, os capitais próprios foram reforçados em 100.000 euros, em 75.000 euros em 2007 e 25.000 euros em 1 de março de 2020, sob a forma de prestações suplementares, que não vencem juros e nem têm período de reembolso definido, que está mensurada pelo método de equivalência patrimonial e teve o seguinte movimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Saldo Inicial	345 359	335 115
Apropriação de resultados	1 822	14 871
Outras variações nos fundos patrimoniais	<u>(5 658)</u>	<u>(4 627)</u>
Participação financeira	341 523	345 359
Prestações suplementares	<u>100 000</u>	<u>100 000</u>
	<u>441 523</u>	<u>445 359</u>

9. Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Clientes e outras contas a receber apresentava a seguinte composição:

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

10



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

	2022	2021
Contas a receber de clientes	16 736	17 326
Contas a receber de clientes - quotas	75 157	82 461
Contas a receber de clientes cobrança duvidosa	56 144	34 577
Perdas por imparidade das contas a receber	(27 312)	(26 912)
Contas a receber de clientes	120 723	107 452
Contas a receber de outros devedores:		
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	15 118	15 118
Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional	153 594	145 307
DREQP - Fundo Regional do Emprego	8 416	23 803
Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	40 516	31 543
Profeiras	102 712	78 101
Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade	107 151	-
Câmara Municipal de Ribeira Grande	7 144	14 618
Câmara Municipal de Vila do Porto	1 942	8 495
Município de Ponta Delgada	-	1 424
Câmara do Comércio da Horta	7 382	7 382
IAPMEI	5 616	-
MAC INTERREG	51 611	39 757
Outros	659	66 269
Saldo outros créditos a receber	501 861	431 966

O saldo de 107.151 euros devido pela Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade resulta de trabalhos realizados no âmbito do contrato programa da campanha do comércio, no valor de 100 000 euros, sendo o remanescente relativo a verbas não cobertas pelo PO Açores 2020, no âmbito do protocolo celebrado com a CCIA.

O saldo da entidade financiadora do Fundo Social Europeu teve o seguinte movimento em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

	2022	2021
Saldo Inicial	145 307	401 932
Correções de anos anteriores	(11 665)	(4 182)
Erros de anos anteriores	-	(120 410)
Recebimentos do ano	(269 598)	(346 737)
Transferência de diferimentos	-	(22 000)
Subsídios à exploração (Nota 16)	289 550	236 704
Saldo a 31 de dezembro	<u>153 594</u>	<u>145 307</u>

A rubrica Perdas por imparidades acumuladas teve o seguinte movimento no ano:

	2022	2021
Saldo Inicial	26 912	28 048
Imparidades no ano	400	-
Reversão no ano	-	(1 136)
	<u>27 312</u>	<u>26 912</u>

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS	2022	2021
Ativos		
Seguros	361	2 638
Assinatura jornal/software	63	151
Total	<u>424</u>	<u>2 790</u>
Passivos		
Subsídios à exploração	-	69 088
Quotas	294	-
Total	<u>294</u>	<u>69 088</u>

Na rubrica de Subsídios à exploração estão registadas em 2021 as verbas já aprovadas e as não utilizadas no âmbito de diversos e protocolos. As verbas não utilizadas em 2022 foram regularizadas em contrapartida de outros devedores.

12



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Na rubrica de Subsídios à exploração estão registadas as verbas já aprovadas e as não utilizadas no âmbito de diversos e protocolos. As verbas não utilizadas foram regularizadas em contrapartida de outros devedores.

11. Fundos patrimoniais

Os associados não têm qualquer interesse direto ou indireto nos resultados apurados na atividade associativa, pelo que, a rubrica de resultados transitados acumula os resultados apurados anualmente que tiveram o seguinte movimento no ano:

Em 31 de dezembro de 2022

	Saldo inicial	Aumentos do ano	Diminuições do ano	Saldo final
Resultados transitados	531 132	(58 113)	-	473 019
Ajustamentos em ativos financeiros	233 931	(5 658)	-	228 274
Subsídios ao investimento	191 555	-	(13 822)	177 733
	<u>956 618</u>	<u>(63 771)</u>	<u>(13 822)</u>	<u>879 025</u>
Resultados do ano	<u>(58 113)</u>	<u>200</u>	<u>58 113</u>	<u>200</u>
	<u><u>898 505</u></u>	<u><u>(63 570)</u></u>	<u><u>44 290,91</u></u>	<u><u>879 227</u></u>

Em 31 de dezembro de 2021

	Saldo inicial	Aumentos do ano	Diminuições do ano	Saldo final
Resultados transitados	733 577	(202 445)	-	531 132
Ajustamentos em ativos financeiros	238 558	(4 627)	-	233 931
Subsídios ao investimento	209 619	-	(18 064)	191 555
	<u>1 181 754</u>	<u>(207 072)</u>	<u>(18 064)</u>	<u>956 618</u>
Resultados do ano	<u>(68 285)</u>	<u>(58 552)</u>	<u>68 285</u>	<u>(58 113)</u>
	<u><u>1 113 469</u></u>	<u><u>(265 624)</u></u>	<u><u>50 221,34</u></u>	<u><u>898 505</u></u>

Os resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovados pelos associados na Assembleia Geral realizada em 14 de março de dois mil e vinte e dois.

12. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta conta era assim representado:

13



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

	2022	2021
Fornecedores		
Fornecedores gerais	23 833	23 089
Fornecedores gerais - não sócios	<u>28 641</u>	<u>13 563</u>
	<u>52 474</u>	<u>36 652</u>
Credores por acréscimos de gastos:		
Custos de formação	-	1 891
Remunerações a liquidar	55 927	57 214
Juros a liquidar	-	1 094
Outros credores por acréscimos de gastos	<u>9 918</u>	<u>6 957</u>
	<u>65 845</u>	<u>67 155</u>
Formandos	4 669	3 922
Câmara Municipal de Nordeste	-	14 515
Câmara Municipal de Ponta Delgada	50 000	-
Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	46 270	36 955
Profeiras	21 039	44 127
Outros credores	<u>6 675</u>	<u>891</u>
	<u>128 652</u>	<u>100 412</u>
Saldo outras contas a pagar	<u>194 497</u>	<u>167 567</u>

O montante de 50.000 euros foi disponibilizado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada no âmbito dos festejos do fim de ano, cujos gastos serão reconhecidos em 2023.

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

	2022	2021
Saldos credores		
Imposto sobre Rendimento - TA	2 079	3 227
Retenção de impostos rendimentos	6 973	7 788
Contribuições para segurança social	6 396	12 056
Outras contribuições	<u>35</u>	<u>150</u>
Total	<u>15 483</u>	<u>23 222</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), contudo é tributada autonomamente, de acordo com o previsto no artigo 88º do Código do IRC.

14



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos (ou 5 anos no que respeita a segurança social).

14. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 existem duas contas correntes caucionadas de montante autorizado de 500.000 euros e 300.000 euros que são remuneradas à taxa Euribor de 12 meses, acrescidas de uma margem de 3,5 pontos e 2,15 pontos percentuais e cujos saldos utilizados eram de 335.000 euros e 210.000 euros, respetivamente.

15. Rédito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta conta era assim representado:

	2022	2021
Quotas	163 669	163 103
Formação modular de ativos	38 083	52 881
Outros serviços	71 558	30 159
	<u>273 309</u>	<u>246 143</u>

Na rubrica outros serviços estão reconhecidos valores de serviços prestados à Profeiras, Câmara do Comércio e Indústria do Açores e ao Centro Regional de Apoio ao Artesanato e outros valores faturados em contrapartida de serviços.

16. Subsídios à exploração

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor dos subsídios à exploração é proveniente dos seguintes projetos financiados:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number 15.



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

	2022	2021
FSE - Escola Profissional	256 654	223 403
FSE - Formação de ativos	-	13 301
MAC FEDER	69 046	14 174
Protocolos e contratos	161 807	165 386
Outros subsídios	462	-
Apoios COVID	-	10 964
Saldo a 31 de dezembro	<u>487 968</u>	<u>427 228</u>

Na rubrica protocolos e contratos, em 2022 estão registados os seguintes valores:

Protocolo/contrato	Valor
Europe Enterprise Network	52 139
Contrato programa comércio 22	72 710
Form.Açores	32 721
Outros	4 237
Total	<u>161 807</u>

17. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição desta rubrica era:

Fornecimentos e serviços externos	2022	2021
Trabalhos Especializados	61 176	33 239
Publicidade e Propaganda	16 006	24 340
Vigilância e Segurança	447	547
Honorários	95 642	101 723
Conservação e Reparação	110	1 506
Serviços Bancários	1 240	2 213
Materiais	25 921	12 171
Energia e fluídos	13 748	13 694
Deslocações, estadas e transportes	81 685	60 821
Serviços diversos	55 149	44 298
Outros	8 910	-
Total	<u>360 033</u>	<u>294 554</u>

Em Deslocações e Estadas estão reconhecidos gastos de 69 971 euros relacionados com os subsídios a formandos da escola profissional (em 2021 – 58 919 euros).

16

**18. Benefícios de empregados**

Os gastos com o pessoal ocorridos durante o ano foram os seguintes:

Gastos com pessoal	2022	2021
Remuneração do pessoal	324 896	312 966
Encargos sobre remunerações do pessoal	69 716	73 485
Indemnizações	3 200	6 583
Seguro de acidentes de trabalho	4 038	3 438
Outros Gastos	273	458
Total	402 123	396 931

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, existiam 19 trabalhadores e 21 trabalhadores, respetivamente. Os membros da Direção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal exercem as suas funções sem auferirem qualquer remuneração.

19. Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos apresentava a seguinte decomposição:

	2022	2021
Alienação de tendas	97 070	-
Correções relativas a períodos anteriores	3 943	-
Imputação subsídio p/ investimentos (Nota 11)	13 822	18 064
Outros	15 232	677
Total	130 066	18 740

20. Outros gastos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição desta rubrica resumia-se como segue:

Outros gastos e perdas	2022	2021
Impostos	121	4 818
Correções relativas a períodos anteriores	44 196	7 415
Donativos	-	200
Quotizações	4 018	3 966
Outros	27 838	338
Total	76 173	16 737

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, with the number 17 written below them.



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

As Correções relativas a anos anteriores referem a valores considerados não elegíveis em projetos desenvolvidos em anos anteriores e a valores não enquadráveis na campanha do comércio de 2021, no valor de 16 662 euro e 27 533 euros, respetivamente.

Na rubrica outros gastos foram registados gastos com a reversão de faturação emitida ao Centro Regional de Apoio ao Artesanato, no valor de 27 222 euros, sendo o remanescente relativo a gastos e acertos.

As quotizações ordinárias referem-se aos seguintes montantes:

	2022	2021
CCIA	2 458	2 406
ARDE	1 500	1 500
Associação de Bom. Vol. Ponta Delgada	60	60
	<u>4 018</u>	<u>3 966</u>

21. Juros e rendimentos similares obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2022	2021
Juros obtidos de financiamentos a associadas (Nota 6)	-	5 512
Outros Rendimentos e Ganhos de Financiamento	-	63
Total	<u>-</u>	<u>5 575</u>

Para o cálculo foram considerados os valores dos juros comerciais, aplicados ao saldo médio mensal devedor da Profeiras, Lda.

22. Juros e gastos similares suportados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2022	2021
Juros suportados	17 171	14 952
Outros gastos similares	10 445	10 858
Total	<u>27 616</u>	<u>25 810</u>

23. Acontecimentos após a data do balanço

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção em 16 de fevereiro de 2023.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.



19




RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **CÂMARA DO COMERCIO E INDUSTRIA DE PONTA DELGADA (ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DAS ILHAS DE SÃO MIGUEL E SANTA MARIA)** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 1.710.961 euros e um total dos fundos patrimoniais de 879.226 euros, incluindo um resultado líquido de 200 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais em vigor, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 10 de março de 2023

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)